



Intolerância religiosa, racismo religioso e casas de rezas Kaiowá e Guarani queimadas

O.K. 
Observatório Kunangue Aty Guasu





RELATÓRIO ELABORADO PELA KUÑANGUE ATY GUASU E PELO OBSERVATÓRIO DA KUÑANGUE ATY GUASU (O.K.A) PARA SUBSIDIAR ENCAMINHAMENTOS A RESPEITO DA INTOLERÂNCIA E RACISMO RELIGIOSO, BEM COMO AS QUEIMAS DAS CASAS DE REZA (OGA PYSY) EM COMUNIDADES KAIOWÁ E GUARANI NO CONE SUL DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL JUNTO À DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO E A DEFENSORIA PÚBLICA ESTADUAL DO MATO GROSSO DO SUL (DPE-MS).

DOURADOS-MS, FEVEREIRO DE 2022.

Sumário

Intolerância religiosa, racismo religioso e casa de rezas incendiadas em comunidades Kaiowá e Guarani	4
Introdução	4
1. Breve contexto e resumo dos fatos: violência colonial, ideologia e redes de poder no mercado das almas	10
2. Racismo religioso e intolerância religiosa	18
2.1 Lista atualizada das casas de reza queimadas (fevereiro de 2022)	20
3. Trabalho de campo KAG/O.K.A/DPU/DPE.....	24
3.1 Reserva Indígena de Amambai-MS - Aldeia Guapo'y	24
3.1.1 Nhandesy Dna. Nilza Roa, 46 anos, etnia Kaiowá e Guarani.....	25
3.1.2 <i>Nhandesy</i> Kuña Yvoty	28
3.1.3 Reunião com capitania da Reserva Indígena de Amambai (Aldeia Guapo'y)	31
3.2 Terra indígena de Rancho Jacaré, município de Laguna Carapã-MS.....	34
3.3 Retomada de Ytay Ka'agwyrusu - Município de Douradina-MS	38
4. Documentos protocolados pela Kunangue Aty Guasu nas instâncias jurídicas.....	42
5. Índice de fotografias das três casas de reza incendiadas abordadas no relatório	45
5.3 Aldeia Guapo'y, reserva indígena de Amambai.....	47
5.2 Terra Indígena Rancho Jacaré, município de Laguna Caarapã.....	48
5.3 Retomada de Itay Ka'agwyrusu, município de Douradina.....	49
Conclusão.....	51



Queima da casa de reza em Itay, 29 de dezembro de 2021. Fonte: Kuñangue Aty Guasu



Queima da casa de reza na Aldeia Guapo'y, Reserva Indígena de Amambai, 02 de outubro de 2021. Fonte: Kuñangue Aty Guasu

Intolerância religiosa, racismo religioso e casa de rezas queimadas em comunidades Kaiowá e Guarani

Relatório elaborado pela Kuñangue Aty Guasu e pelo Observatório da Kuñangue Aty Guasu (O.K.A) para subsidiar encaminhamentos a respeito da intolerância e racismo religioso, bem como as queimas das casas de reza (*oga pysy*) em comunidades Kaiowá e Guarani no cone sul do estado do Mato Grosso do Sul junto à Defensoria Pública da União e a Defensoria Pública Estadual do Mato Grosso do Sul (DPE-MS)

Dourados-MS, março de 2022.

Introdução

Durante os dias 7, 8 e 9 de fevereiro de 2022, a Kuñangue Aty Guasu (Grande Assembleia das Mulheres Kaiowá e Guarani), o Observatório da Kuñangue Aty Guasu (O.K.A), a Defensoria Pública da União (DPU) via Defensoria Regional de Direitos Humanos (DRDH) e a Defensoria Pública do estado de Mato Grosso do Sul (DPE-MS) via Núcleo Institucional de Promoção e Defesa dos Povos Indígenas e da Igualdade Racial e Étnica (NUPIIR) percorreram três diferentes territórios Kaiowá e Guarani, nomeadamente: 1) Reserva Indígena de Amambai; 2) Terra Indígena Rancho Jacaré; 3) Retomada Itay Ka'agwyrusu.

O objetivo deste percurso foi realizar o acompanhamento dos recentes casos de incêndios com indícios de crime provocados contra as casas de rezas (*oga pysy*), assim como agressões, ameaças, torturas e tentativas de homicídio contra *nhanderu* (rezadores) e feminicídio contra as *nhandesy* (rezadoras), vindo de membros de igrejas pentecostais - em específico, a Igreja Deus é Amor. Nas referenciadas localidades, possibilitamos evidências via registro audiovisual, levantamento de dados, produção de relatórios, acompanhamento jurídico, antropológico e psicossocial, assim como os encaminhamentos das incumbências da DPU e DPE para dar sequência à resolução dos fatos ocorridos, no sentido de impedir a continuidade das violações de direitos dos povos originários materializada na queima de um dos mais sagrados símbolos da ancestralidade Kaiowá e Guarani. As consequências das violências incluem danos físicos, espirituais, psicológicos e materiais contra os guardiões de nossa ancestralidade, representados nas figuras dos anciãos e anciãs violentadas junto com parcela considerável de suas famílias.



Casa de medicina da *nhandesy* Dna. Lulu, aldeia de Amambai, município de Amambai, 2021. Fonte: ida a campo da Kuñangue Aty Guasu.

Estamos localizados no Mato Grosso do Sul (MS), onde está o povo Kaiowa e Guarani. Somos a segunda maior população indígena do país, somando aproximadamente 58.000 habitantes originários (SESAI 2019). Ademais, ano após ano o Mato Grosso do Sul é considerado um dos líderes de violência contra os povos indígenas (ver relatório anual do Conselho Indigenista Missionário),¹ sendo o povo Kaiowá e Guarani os principais afetados pela conjunção de violações de direitos e da vida humana cometidos por diferentes esferas que abrangem o poder público, empresas privadas, proprietários rurais, igrejas/missionários e o próprio Judiciário.

Historicamente, nosso povo foi forçado a deixar os territórios nativos e foram obrigados a viver em oito Reservas Indígenas em MS. Tudo o que pertenceu aos nossos avós e bisavós e demais ancestrais foi loteado, saqueado e roubado, e assim se formaram grandes fazendas, cidades e imensas plantações de soja, milho e cana-de-açúcar. Hoje, nitidamente segue o projeto de exploração e destruição do que resta da terra, assim como dos rios para irrigar as monoculturas do agronegócio. Nossos territórios continuam a ser envenenados, inclusive através de ataques químicos contra nossas comunidades.

Uma das testemunhas da queima da casa de reza relata, já no auge da sua idade avançada, a remoção forçada que sofreu da comunidade de sua região: “Fomos colocadas em gaiolas e levados para o rio Apa, e lá foram contratados seguranças privados para nos exterminar no meio da mata, mas sobrevivemos pela reza” - relata a *nhandesy*, moradora do *tekoha* Rancho Jacaré. Ela traz várias lembranças, expressando que sempre houve inúmeras tentativas de silenciar a reza Kaiowá e Guarani, assim como tudo que pertence ao povo tradicional. Ela viu seus companheiros morrerem nessa remoção forçada de sua comunidade e depois de dias lutando para voltar ao seu território originário, ela conseguiu chegar novamente. Porém, já havia ali vários capangas e seguranças armados de fazendeiros na região e parte da mata que pertence ao território dela já tinha sido exterminado e dessa forma, os não indígenas ocuparam o território sagrado do povo dela. Ela diz que a reza foi quem a salvou, e fez a retomada de seu território novamente junto com companheiros de sua comunidade que sobreviveram a remoção

¹ Ver <https://cimi.org.br/2021/10/relatorioviolencia2020/>

forçada. A *nhandesy* afirma que esta não é a primeira casa de reza que foi incendiada em seu território e reflete o quão é violento não respeitar e violar os espaços sagrados que ela deseja deixar como uma herança nativa para os seus netos: “na luta pelo território, a reza nos fortalece, pois a igreja não nos salva durante a retomada” comenta a *nhandesy*.

Cada período histórico possui relação com as práticas missionárias no interior das aldeias, desde sempre estimuladas por países europeus como nas inestimáveis perdas causadas pelo início da colonização. Há de se recordar que a Companhia de Jesus e o avanço dos jesuítas sobre o território atualmente ocupado pelo Estado brasileiro possuiu forte caráter bélico, desde as primeiras missões que ocuparam a região dos Itatines no século XVII e sua alternância com as ofensivas do bandeirantismo. Dito processo se intensificou no século XIX após a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. Não por acaso, acompanhando o massivo desterro provocado pela Cia. Matte Larangeira, fontes históricas demonstram que os missionários deveriam "catequizar e adaptar os indígenas ao convívio com a sociedade brasileira" (Eloy Amado, 2020)².

É evidente, deste modo, que os casos de intolerância e racismo religioso aqui tratados não derivam de um primeiro contato dos Kaiowá e Guarani com o cristianismo: são resultado de métodos, ideologias, relações políticas e sociais, assim como das características mais marcantes das formas de violência evangelizadora perpetradas pela tríade Estado-Igreja-Empresa - afinal, o que é a sociedade brasileira para a qual o assimilacionismo/integracionismo pretende "adaptar" os povos indígenas? Recorremos a João Pacheco de Oliveira (2016)³ para o melhor entendimento de nosso argumento:

Extermínio e tutela são os nomes de dois aspectos da colonização, que nas autorrepresentações nacionais aparecem como antagônicos, mas que na prática constituem aspectos alternados e solidários da ação colonial. A expansão do sistema econômico e político e a formação da nação não prescindiram jamais de um discurso civilizatório e da criminalização do outro, inclusive com a inculcação de narrativas e imagens que permitiram justificar ações repressivas e, no limite, genocidas. (p. 19)

Como princípio basilar de nosso relatório, reiteramos as consequências nefastas e devastadoras contemporaneamente sentidas e percebidas nos *tekoha*, causas das transformações e práticas etnocidas que resultam da atuação de missionários e da evangelização/conversão forçada - como as remoções - que transparecem como a solda do paradigma tutelar e integracionista que vigorou em especial após o surgimento do Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN,

² AMADO, Luiz Henrique Eloy. Vukápanavo—O Despertar do Povo Terena para os seus Direitos: Movimento indígena e confronto político. **Revista Trabalho Necessário**, v. 18, n. 36, p. 392-398, 2020.

³ PACHECO DE OLIVIERA, J. O nascimento do Brasil e outros ensaios. **Pacificação, regime tutelar e formação de alteridades**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria Ltda, 2016.

posteriormente SPI), em 1910, cuja lógica é hoje replicada pelas políticas da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) na figura de sua atual presidência⁴.

Com o surgimento do SPI, são fundadas as Reservas Indígenas, espaços de confinamento criados com objetivo de liberar as terras indígenas para a colonização. Junto às reservas, são criadas também pelo Estado a figura do Capitão e do Chefe de Posto, instituídos para gerar ferramentas internas de controle com anuência e coordenação estatal, cumprindo papel de polícia/milícia e de instauração de rígida hierarquia, mediando os interesses do Estado no interior das Reservas.

Em muitos casos, a capitania é responsável pela mediação da atuação das igrejas no interior das Terras Indígenas, sendo frequentemente composta por pastores representados no sistema de poder da capitania que co-gestionam com o Estado brasileiro (Ferreira, 2013)⁵. Ainda, as capitanias dialogam diretamente com as empresas que, por meio de cabeçantes⁶, conduzem massas de indígenas às novas modalidades de trabalho compulsório/superexplorado no corte de cana-de-açúcar, em frigoríficos e colheita de maçã no sul do país, entre outros - muitos dos quais, recentemente, através de registros audiovisuais e denúncias formais, foram espaços de trabalho e empresas denunciadas por trabalho escravo.

A queima das casas de rezas e a perseguição, ameaça e tortura dos *nhanderu* e *nhandesy* não se desvinculam da realidade histórica de dizimação de nosso povo. O próprio termo “índio”, que ensinam na escola nas aulas de história, é uma consequência do colonialismo, pois classificar centenas de povos originários demonstra um poder de exercício colonial. O histórico da evangelização é um processo do apagamento da história e as consequências aos nossos modos de vidas são graves, pois todas as regras já citadas acima da pentecostal Deus é amor, assim como a bíblia, passam a ser instrumentos de modificação das comunidades indígenas em troca da ideia de “salvação da alma”. Isso causa apagamento e silenciamento de nossa história: o genocídio do nosso povo. Essa violência colonial entre povos nativos, igreja e Estado é um debate necessário, pois demonizar os nossos modos tradicionais faz parte da catequização desde as missões religiosas. A catequização agora segue com regras e doutrinas mais rigorosas ainda, como as que são vindas da pentecostal Deus é amor, junto ao discursos do governo brasileiro que segue contribuindo para o divisionismo entre povos indígenas - processo expresso na máxima “Deus acima de tudo, Brasil acima de todos”.

⁴ Marcelo Augusto Xavier da Silva.

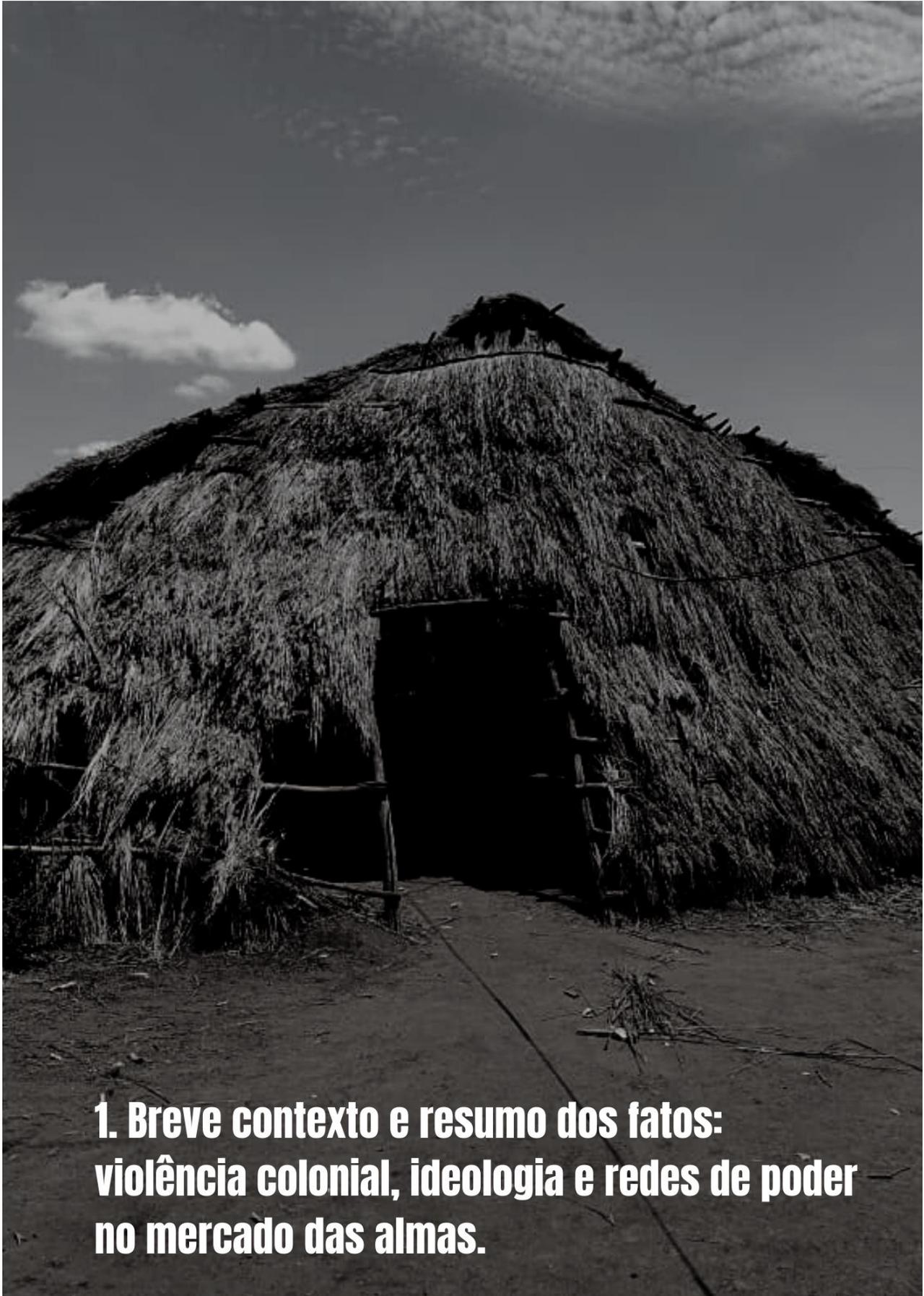
⁵ FERREIRA, Andrey. **Tutela e Resistência Indígena: Etnografia e História das Relações de Poder entre os Terena e o Estado Brasileiro**. São Paulo: Edusp, 2013.

⁶ Integrantes da comunidade que coordenam um grupo da comunidade para trabalhar fora de seus territórios

Isso torna o processo de evangelização ainda mais forte, pois o atual presidente incentiva a entrada de missionários em territórios indígenas, assim como de militares, e ambos passaram a ocupar as instituições públicas indigenistas, como a Fundação Nacional Do Índio.

Em 2016, a relatora especial da Organização das Nações unidas (ONU) Victoria Talli-Corpus, após visita ao Brasil, constatou em seu relatório que os povos indígenas do país vivem sob total violência e sob uma ausência de direitos, sendo uma dessas a violência contra mulheres e crianças indígenas (ONU, 2016).

As palavras e narrativas das anciãs entrevistadas pela Kuñangue Aty Guasu e pela O.K.A junto à DRDH ilustram diretamente este argumento. Não são, portanto, *conflitos internos*: são as faces mais cruéis da colonialidade.



**1. Breve contexto e resumo dos fatos:
violência colonial, ideologia e redes de poder
no mercado das almas.**

1. Breve contexto e resumo dos fatos: violência colonial, ideologia e redes de poder no mercado das almas

A Kuñangue Aty Guasu, fundada em 2006, apoia ativamente as construções das casas de medicina tradicional/casas de cura/casas de rezas em distintos *tekoha* dos povos Kaiowá e Guarani em diferentes regiões no cone sul do Mato Grosso do Sul. As casas são heranças tradicionais do povo Kaiowá e Guarani: um lugar de cura, de encontros, de reuniões, de rituais sagrados e uma conexão com a ancestralidade de nosso povo. As *nhandesy* e *nhanderu* afirmam que as casas, na visão ancestral, representam o nosso corpo, e desde tempos antigos são grandes espaços de habitação coletiva, abrigando uma complexa rede de práticas e conhecimentos. Alguns dos rituais Kaiowá e Guarani que resistem ao epistemicídio do sagrado nativo de nosso povo realizados nesses espaços tradicionais (*oga pysy*), são: 1) o *jerosy puku* e *avati kyry*, que compõem o batismo do milho; 2) o *jeroky guasu*, referência aos grandes rituais religiosos; 3) o *nhemongarai*, batismo das crianças; 4) *kunumi pepy* e *kunhã taĩ*, rituais do menino e da menina moça.



Construção da casa de reza no território indígena de Laranjeira Nhanderu I, município Rio Brillhante, janeiro de 2022. Fonte: Observatório da Kuñangue Aty Guasu.

As práticas e conhecimentos que fazem parte do autocuidado, bem como a cura natural através das manipulações com as ervas cultivadas no campo e na beira do rio, conhecidas como medicina tradicional Kaiowá e Guarani também são realizadas nesses espaços. Dentre as casas fundadas pela Kuñangue Aty Guasu, temos a casa de medicina tradicional localizada na Reserva Indígena de Amambai-MS. É um dos espaços recorrentemente ameaçados por membros da Igreja, como figurará no levantamento a seguir e já consta na base de dados do *Relatório Corpos Silenciados, vozes presentes: A violência no olhar das mulheres Kaiowa e Guarani* elaborado pela Kuñangue Aty Guasu.⁷

Tanto as estruturas físicas como seus guardiões espirituais e terrenos, *teko jara* (guardiões de nossos modos de ser) e os rezadores e rezadoras se encontram em risco por consequência do evangelismo que avança fortemente nos territórios Kaiowá e Guarani. As inúmeras igrejas existentes em nosso territórios, conhecidas como **Pentecostal Deus é Amor**, são extensões da sede nacional que existe em São Paulo. Em outras palavras, os novos modelos de igreja que existem em territórios Kaiowá e Guarani são paulistas; pregam regras e uma doutrina violenta, principalmente sobre o corpo da mulher indígena, decidindo o que a mulher deve e não deve ser/seguir. Dessa forma, sob influência da igreja elas seguem rigorosamente as regras que rompem com o sagrado tradicional Kaiowá e Guarani (*ore reko* - nosso modo de ser), e através da formação dessa doutrina, passam a julgar as rezas, os trajes tradicionais e as casas tradicionais como “obra do demônio”.

Existe uma rede dessa vertente pentecostal em todos os territórios Kaiowá e Guarani: todas essas pequenas unidades religiosas estão nos municípios e fazem a prática de tomar a santa ceia, representada em tomar o sangue e comer do corpo de Jesus Cristo. Essas regras e doutrinas deturpam violentamente os pensamentos, vivências e modos de vida Kaiowá e Guarani. De acordo com fontes colhidas em territórios onde as casas de rezas foram incendiadas, há indícios de que os autores são membros e pastores dessas igrejas, bem como os autores de falas pejorativas, racistas e violentas em relação às casas de rezas. Eles usam o discurso de que a casa de reza, o nosso espaço tradicional, é um local do *mal* e que precisa ser exterminado, criando um isolamento entre o tradicional e o mundo *karai* pentecostal.

Em outras palavras, a doutrina *karai* coloniza nossos modos de vida tradicional e a casa de reza passa a ser um lugar proibido, o discurso de ódio se expande até a queima das casas de rezas, assim como as ameaças de homicídio aos *nhanderus* e de feminicídio às *nhandesys*. Esses discursos seguem sendo praticados entre as parentelas, que mesmo não sendo seguidores da pentecostal, falam bastante do feitiço como um mal vindo das casas de reza e do “render-se aos pés de Jesus Cristo” como um bem para a “salvação de sua alma”: Jesus Cristo estaria voltando e as pessoas precisariam escolher entre o céu e o

⁷ Ver: <https://www.kunangue.com/mapeamento-da-viol%C3%Aancia>

inferno. Dessa forma, essa mente colonizada, doutrinada, regrada pela Pentecostal Deus é amor passa a ocupar lugares de poder e decisão na comunidade, como lideranças, etc. Assim, estão estabelecidos os violadores dos nossos direitos originários como povos nativos, que passam a violar o sagrado tradicional e todos que segue o *ore reko*.

Em todos os casos aqui abordados, trazemos narrativas a partir do recente trabalho de campo do Observatório da Kuñangue Aty Guasu que foi criado em Janeiro/22, junto com o extenso campo da Kuñangue Aty Guasu, existente há dezesseis anos. A noção básica expressa nos territórios indica a existência de **articuladores externos** - no geral, pastores/dirigentes/missionários *não-indígenas* - que promovem as práticas de violência aqui descritas e estimulam o aliciamento de moradores/as das aldeias como método de terceirização das violações.

No ano de 2021, a Kuñangue Aty Guasu acompanhou **seis casas de rezas que foram queimadas** por ações de racismo religioso. Antes das queimas, as intimidações/ameaças verbais a esses espaços tradicionais decorreram de distintos lugares, incluindo pessoas aparentemente moradoras da própria comunidade.



Casa de medicina incendiada, território indígena Ytai, município de Douradina, 29 de dezembro de 2021. Fonte: redes sociais da Kuñangue Aty Guasu.

Os/as Kaiowá e Guarani reconhecem no *karai kuera reko* - o modo de ser não indígena - diferentes elementos introduzidos desde as instituições e estruturas coloniais, que incluem a **igreja como fator desagregador e causador de divisionismo no interior das aldeias**. A introdução das igrejas

provoca o distanciamento e proibição do modo de vida tradicional e aproximação dos modos de vida dos *karai* (não indígenas).

A queima das casas de rezas tradicionais trouxe várias consequências às *nhandesy*, assim como atingiu o coletivo - seus corpos físicos, espirituais e psicológicos, contribuindo para o extermínio da medicina ancestral e das práticas tradicionais realizadas pelas parteiras, rezadeiras, e anciãs Kaiowá e Guarani. Não há um **estudo psicossocial** dos impactos dessa violência na saúde das *nhandesy* e das comunidades tradicionais causados pela queima das casas de rezas. É necessário ter essa sensibilidade: uma escuta sensível às palavras das *nhandesy* - as principais atingidas por esta violência, portanto, principais narradoras para um detalhado diagnóstico do **racismo e intolerância religiosa**.

No extermínio/queima desses espaços tradicionais, há uma perda grande de investimento material, pois com o avanço do desmatamento e da exploração do solo em MS, as matérias primas não estão mais disponíveis e parte da estrutura física para a construção da casa de reza é comprada pela Kuñangue Aty Guasu. Isso é feito através de arrecadações coletivas nas quais as mulheres Kaiowá e



Oga pisy em construção no território indígena Nãnderu Marangatu, município de Antônio João, janeiro de 2022. Fonte: ida a campo da Kuñangue Aty Guasu.

Guarani à frente da KAG (Kuñangue Aty Guasu), reúnem os recursos necessários que são subsequentemente distribuídos para a reconstrução das casas de rezas e medicina tradicional, sendo todos os gastos devidamente registrados e comprovados via nota fiscal.

A consequência da devastação socioambiental e da biodiversidade no MS, provocado pelo agronegócio e o extrativismo, faz com que o sapé, um dos principais materiais da cobertura desse espaço tradicional, caminha para a sua total extinção. O pouco que resta está localizado na beira de rodovias e espaços privados e a Kuñangue investe em combustível, alimentos, frete e ferramentas para garantir esses materiais para a construção das casas de rezas nos territórios Kaiowá e Guarani. Os gastos de cada espaço tradicional tem um custo de 20 a 25 mil reais e o período da construção é de três a seis meses. Portanto, na queima das casas de reza, além da violência espiritual, ancestral, física, psicológica, também há os prejuízos materiais/financeiros.



Mulher violentada, caso encontrado no decorrer do levantamento do Mapa da Violência.

A Kuñangue Aty Guasu denunciou e exigiu através do relatório *Corpos Silenciados, vozes presentes: A violência no olhar das Mulheres Kaiowa e Guarani* e em todos os relatórios finais das nossas assembleias, que fossem apuradas/investigadas, de forma continuada, todas as violências em territórios contra meninas, jovens, mulheres e *nhandesy* nesses espaços sagrados. Através destes documentos, a Kuñangue Aty Guasu dá visibilidade às mulheres Kaiowá e Guarani e às denúncias que as mesmas fazem contra as Igrejas pentecostais por incitar o ódio à cultura e principalmente as práticas de cuidado tradicional e a quem pratica, como as *nhandesy* e *nhanderu*.

Outras igrejas são referenciadas, inclusive em Laudos Antropológicos já realizado pelo NUPIIR (Núcleo Institucional De Promoção E Defesa Dos Povos Indígenas E Da Igualdade Racial E Étnica), a exemplo da Missão Evangélica Presbiteriana Caiuá, diretamente relacionada aos agressores de uma das *nhandesy* da Reserva de Amambai. No laudo, verifica-se, em relação à *nhandesy* Lúcia - nome de batismo *Kunha Yvoty*: "a religião presbiteriana não aceitava que ela realizasse suas práticas tradicionais kaiowa de cantos, rezas, danças e o seu dever de cuidar das mulheres da comunidade, principalmente as gestantes, algo que sempre fez parte do seu ser quanto pessoa [...]" (Anzoategui & Maciel de Souza, 2017)⁸.

A Kuñangue recebeu, em 2021, vários materiais oriundos de diferentes *tekohas* registrados por familiares das vítimas da intolerância religiosa. Nos vídeos, é possível visualizar mulheres sendo espancadas, torturadas e ameaçadas; nos áudios eram nítidos o ódio e a incitação ao ódio, onde anciões e anciãs indígenas são acusadas de "feiticeiras, bruxas e macumbeiras"⁹ e de serem as responsáveis pelas mortes e doenças que atingem as comunidades indígenas Kaiowá e Guarani. Esse discurso de ódio tem contribuído para o aumento das violências em territórios.

⁸ DE SANTANA ANZOATEGUI, Priscila; DE SOUZA, Jéssica Maciel. Laudo Antropológico dos autos nº 0900011-84.2020. 8.12. 00004 (Medida Protetiva de Urgência-Lei Maria da Penha-Ameaça) e autos nº 0001193-33.2020. 8.12. 0004 (Descumprimento de Medida Protetiva), do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul. Ver: <https://caterinas.info/wp-content/uploads/2021/08/Laudo-antropologico.-Dona-Lucia-finalizado.pdf>

⁹ É importante desconstruir essa palavra, pois ela é manejada de forma pejorativa, não tem nada a ver com o que reproduzem sobre. Macumba significa um antigo instrumento de percussão de origem africana, que era outrora usado em terreiros de cultos afro-brasileiros.

Os grandes chefes dessas igrejas com extensão nos territórios indígenas Kaiowá e Guarani e os chefes em territórios que praticam esses atos contra o nosso modo tradicional devem ser investigados pela relatada demonização dos modos de vida tradicionais Kaiowá e Guarani seguida por ataques violentos contra o nosso modo tradicional e os lugares onde o exercemos - como as casas de reza. Os indícios sugerem que eles são responsáveis pela formação valorativa dos fiéis que estão agindo contra as mulheres tradicionais, em especial as que mantêm a cultura indígena viva: as *nhandesy*, que de acordo com relatos colhidos em campo, se referem a elas como “bruxas” e por isso, deveriam ser **mortas**.

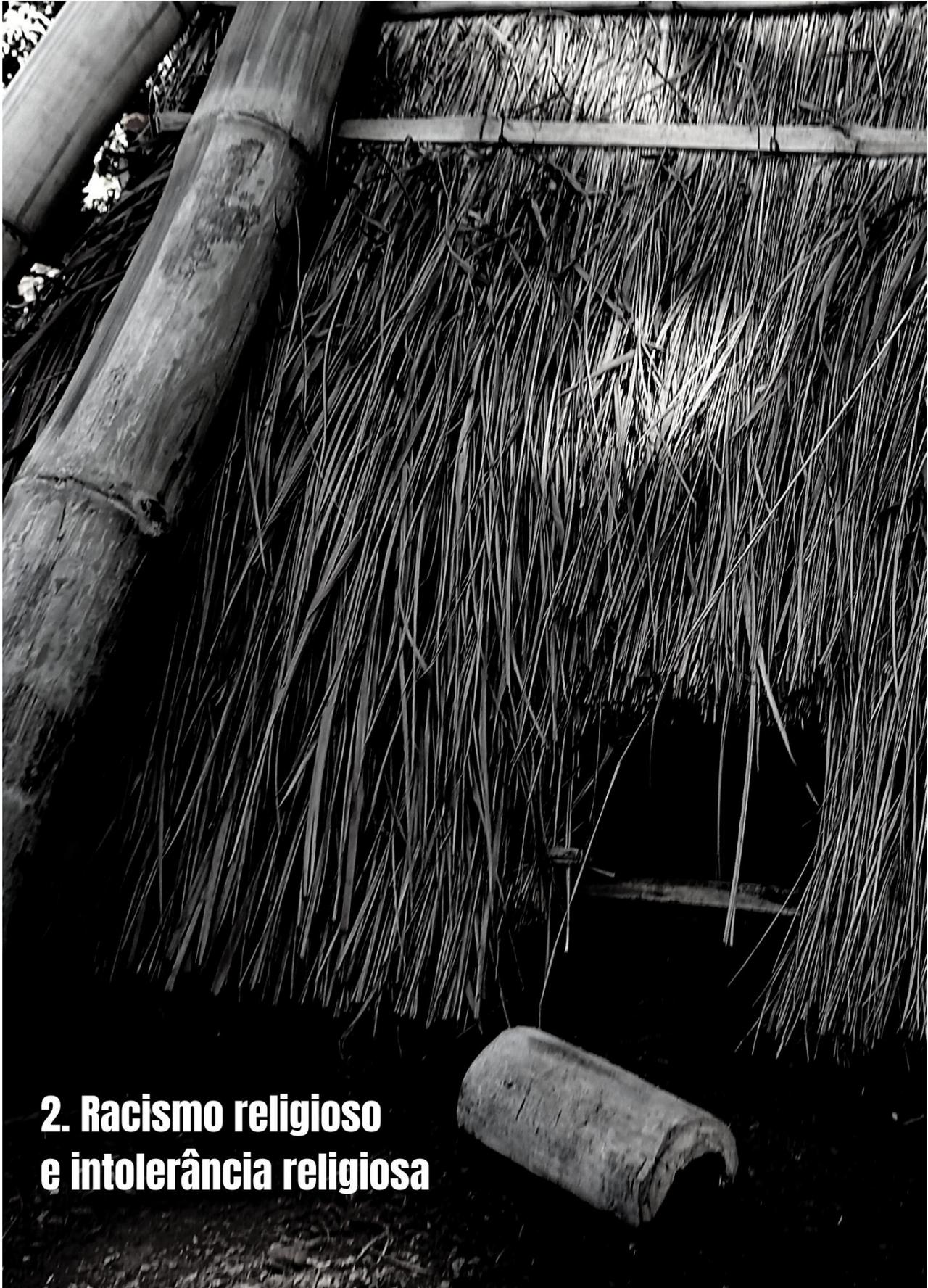
A Constituição Federal de 1988 (CF88) garante o **direito fundamental à liberdade de religião** e foi expressamente assegurada na letra da lei, uma vez que esta liberdade faz parte do rol dos direitos fundamentais. O inciso VII do artigo 5º estipula que ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.

Desta forma, solicitamos a abertura de investigação no Ministério Público Federal com acompanhamento da Kuñangue Aty Guasu e, caso couber, que a DPU e a DPE trabalhem para responsabilizar todos que são responsáveis por esses atos, assim como quem está por trás de toda essa produção violenta de racismo religioso (líderes religiosos, líderes de comunidades, instituições, etc).

Nas comunidades Kaiowá e Guarani existe uma quantidade alta de extensão da igreja pentecostal Deus é amor, que tem a sede localizada em São Paulo. Seguidores dessa igreja são apontados pelas vítimas como um dos principais atores do racismo religioso que praticam a intolerância religiosa e incitam a queima das casas de reza. É urgente o diálogo com esses chefes de igreja, com essa rede nacional que tem seus seguidores em nossas comunidades, pois cada comunidade possui seu líder e este também deverá cumprir com suas obrigações de proteção aos espaços tradicionais. Parte dos casos que levantamos, lideranças/capitania também estão envolvidas nas queimas das casas, seja por omissão ou incentivo à queima da casa. Por estarem ligado a esses espaços religiosos, entendemos essas lideranças/capitania também devem ser investigados.

Neste relatório, pretendemos oferecer de forma resumida elementos de entendimento do problema apresentado nas partes "introdução" e "breve contextualização e resumo dos fatos". Em seguida, trazemos elementos do racismo religioso e da intolerância religiosa, bem como seu amparo legal e a lista atualizada das casas de reza incendiadas. Na parte três, relatamos o compilado e sistematização de materiais coletados nos três dias em território e demonstramos algumas potenciais vítimas com as quais tivemos contato em nossa trajetória. Na parte quatro, trazemos o documento público com a denúncia do crime de intolerância religiosa. No item cinco, demonstramos algumas memórias visuais dos temas tratados neste relatório. Por fim, em forma de conclusão, trazemos as recomendações e

encaminhamentos sobre esse tema tão caro e doloroso as nossas, comunidades, que é a queima do nosso sagrado, um apagamento de nossas histórias, memórias, cantos, rezas, vivências, o nosso modo de ser Kaiowá e Guarani.



2. Racismo religioso e intolerância religiosa

2. Racismo religioso e intolerância religiosa

“Racismo religioso” não encontra tipificação no Código Penal, mas é mencionado na lei 7.716, de 5 de janeiro de 1989, alterada pela lei 9.459, de 15 de maio de 1997. Essas leis tratam justamente de discriminação ou preconceito baseado em raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

Não existem registros de violações de liberdade religiosa no país, em 522 anos, praticado nas comunidades indígenas contra o nosso modo tradicional (línguas, costumes e tradições), mas existem dados abundantes sobre racismo religioso em religiões de matriz africana¹⁰, o que pode ser um referencial para os casos que abordamos neste relatório. Nesse parecer abordamos as queimas das casas de reza e as violências em nossas comunidades, abordamos quem são os grandes chefes dessas igrejas em terras indígenas, trazendo dados inéditos de racismo e intolerância religiosa em comunidades indígenas, que dará segmentos a encaminhamentos fundamentais aos espaços tradicionais, as *nhandesys* e *nhanderus* em situação de ameaças e a todos(as) os/as envolvidos (as).

Desestruturar o racismo e buscar apoio e proteção às vítimas do crime de intolerância religiosa no Brasil, diante de uma bancada evangélica que avança no Congresso Nacional¹¹, diante de um presidente que prega seu lado herói branco, com os discurso de cristianização “Deus acima de tudo, Brasil acima de todos”, diante de um que se diz país laico, tem sido uma batalha longa e sem sucesso de todas as diferentes religiões que lutam contra o ódio, fobia e violência que são praticadas contra seus modos de se organizar. O racismo e a intolerância religiosa incluem elementos como seis casas de reza queimadas e inúmeras mulheres violentadas junto com suas famílias. Além disso, das 12 casas de reza levantadas com esforços coletivos e com apoio da Kuñangue Aty Guasu, três já foram incendiadas (uma em Amambai e duas em Rancho Jacaré).

Os modos de se organizar, rituais, curas medicinais, cuidados espirituais, conhecimento tradicional, instrumentos sagrados hoje questionados são demonizados por uma estrutura conservadora que ganha forças no Congresso Nacional brasileiro, principalmente a bancada evangélica e a bancada ruralista. Nas páginas que se seguem, esperamos demonstrar que o preconceito contra nossos rituais tradicionais são acompanhados de elementos de racismo e injúria racial sobre nossos povos.

Ao que tudo indica, essa igreja em particular trava uma guerra espiritual com a figura do “diabo” e as formas de manifestação desse inimigo podem ser várias. Através de um regimento rígido, todos seus seguidores não podem frequentar os espaços tradicionais e viver os costumes e tradições do seu povo

¹⁰ Ver dados estatísticos e outras informações em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2022/01/21/O-que-%C3%A9-racismo-religioso.-E-qual-seu-efeito-nas-crian%C3%A7as>

¹¹ Ver dados da bancada evangélica em: <https://www.politize.com.br/bancadas-tematicas/>

originário. Isso fragiliza/enfraquece e causa o distanciamento do *ore reko* (nosso modo de ser), inclusive por afetar as senhoras rezadeiras de nossas comunidades, tidas como “bruxas”, e toda “sorte” de adjetivos pejorativos. Entendemos que ao demonizar nossas rezas, as igrejas também enfraquecem as formas de resistência Kaiowá e Guarani, haja vista que a reza é um elemento fundamental de fortalecimento objetivo e subjetivo de nossas comunidades.

Queremos aqui deixar, de forma bem esclarecida, que não estamos fazendo julgamento de nenhuma religião: respeitamos a liberdade de cada fiel dessas igrejas. O que questionamos é a falta de respeito, perseguição, discriminação, ódio contra os nossos modos tradicionais, é necessário respeito pelo nosso modo originário de ser.

De novembro de 2020 a fevereiro de 2021, durante a construção do Mapa da Violência em campo, registramos 21 casos de espancamentos, torturas, violências psicológicas e perseguição de mulheres rezadeiras, *nhandesy*, que praticam o cuidado tradicional. Elas foram julgadas em público, suas casas foram queimadas, foram expulsas da comunidade, humilhadas, condenadas como "bruxas" e "feiticeiras".

Vídeos circularam nas redes virtuais com cenas de extrema violência contra essas mulheres e a Kuñangue Aty Guasu buscou apoio jurídico, denunciando ao Ministério Público Federal, lançando manifestações públicas, repudiando todos os atos praticados (ver seção *Documentos protocolados pela Kuñangue Aty Guasu nas instâncias jurídicas* deste relatório). Foi feita a judicialização dos acusados, mas até o momento ainda não houve nenhum caso encaminhado concretamente por essas práticas contra nosso modo tradicional.



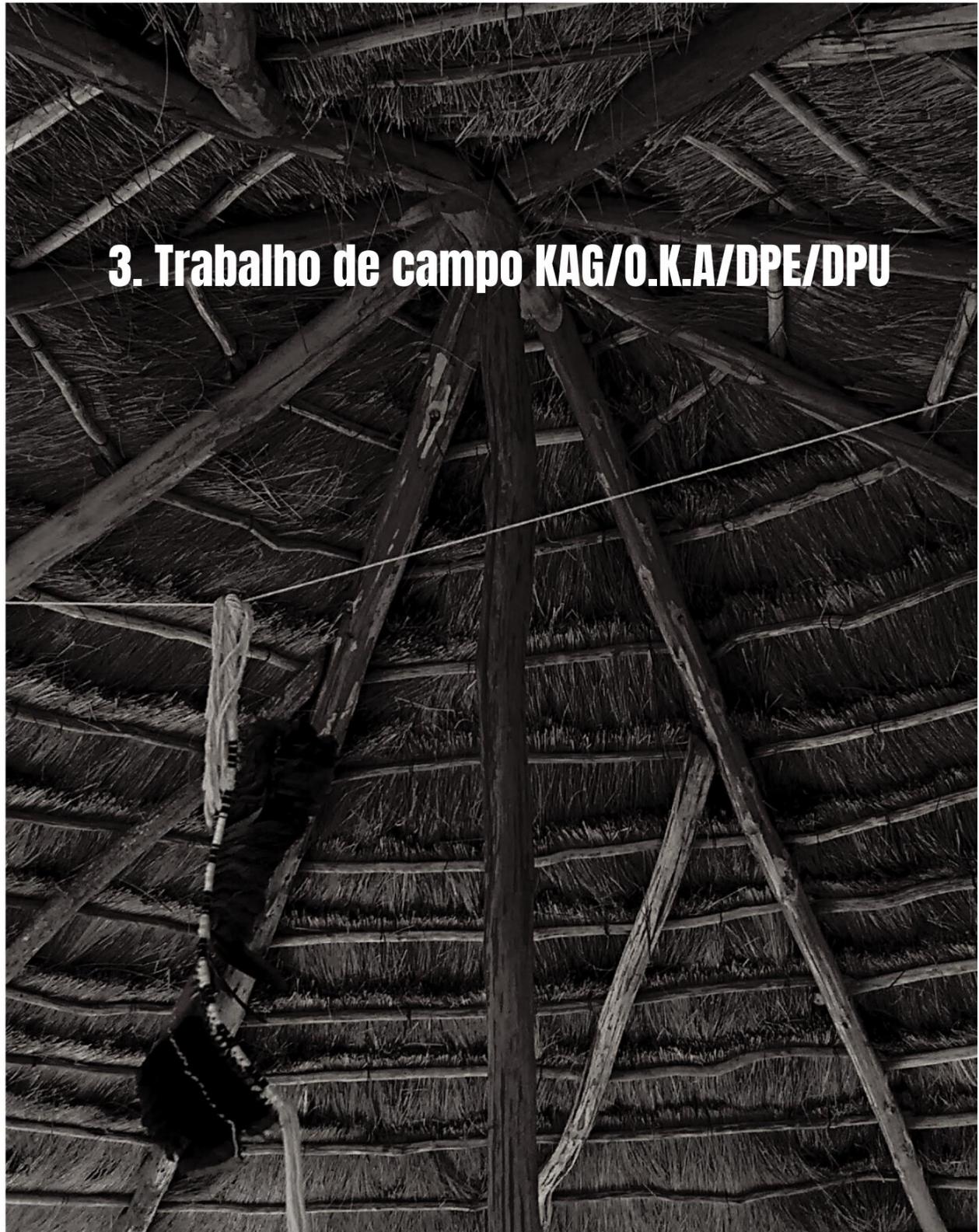
Assembleia Anual da Kuñangue Aty Guasu, Brasília, agosto de 2022. Fonte: equipe audiovisual da Kuñangue Aty Guasu.

Os nossos gritos de socorro pela proteção do nosso sagrado, das nossas mães, avós, rezadeiras, parteiras já ecoou ao mundo inteiro e continuamos insistentemente que todos os crimes praticados contra nossos corpos, nosso modo de ser sejam apurados, assim como pedimos que todos os autores, grandes chefes dessas igrejas sejam responsabilizados.

2.1 Lista atualizada das casas de reza queimadas (fevereiro de 2022)

<i>Tekoha</i>	<i>Oga Pysy</i> queimada	<i>Chiru</i> queimado	<i>Nhanderu/</i> <i>Nhandesy</i>	Município	Ano
Rancho Jacaré	1	1	Cassiano	Laguna Carapã	2014
Jaguapire	1	1	José Benites	Tacuru	2014
Kurusu Amba	1			Coronel Sapucaia	2015
Apyka'i	1			Dourados	2016
Jaguapire	1			Tacuru	2018
Jaguapiru	1	1	Getúlio	Dourados	2019
Guaiviry	1			Aral Moreira	2020
Avaete	1		Iracema Oliveira	Dourados	2021
Rancho Jacaré	1		Martina Almeida	Laguna Carapã	2021
Takuapiry	1			Coronel Sapucaia	2021
Amambai	1		Nilza	Amambai	2021
Rancho Jacaré	1		Cassiano	Laguna Carapã	2021
Guapo'y	1			Amambai	2021
Jaguapire	1			Tacuru	2020

Laranjeira Nhandaru	1		Luis	Rio Brilhante	2020
Itay	1	1	Joel	Douradina	2022
Jaguapire	1				2020





GUAPO'Y , AMAMBAI-MS.

3. Trabalho de campo KAG/O.K.A/DPU/DPE

A seguir, listamos as casas de reza queimadas, que ajudamos a construir, e constam em nosso campo. Este território foi selecionado para o início dos trabalhos de campo e levantamentos realizados conjuntamente pela Kuñangue Aty Guasu, O.K.A e DPE/NUPIIR, tendo em vista a ordem dos fatos:

1) a casa de reza da Reserva Indígena de Amambai (Aldeia Guapo'y) foi incendiada no dia 02 de outubro/21;

2) a casa de reza da Terra Indígena Rancho Jacaré (município de Laguna Caarapã) foi incendiada no dia 19 de outubro/21; no dia 19 de agosto, a casa (residencial) do rezador Cassiano também havia sido incendiada;

3) a casa de reza da retomada de Itay Ka'agwyrusu (município de Douradina), incendiada no dia 29 de dezembro/21.

É de amplo conhecimento, portanto, que as *ogá psy conectam* diferentes parentelas entre si ao longo do grande território Kaiowá e Guarani. Ela pode ser definida originariamente vinculada à palavra "[...] *oga ypy sy*, "casa mãe das origens", destinadas a uso ritual e como símbolo de diferenciação étnica [...], lugar mais apropriado para se conservar os *chiru*" (Mura, p. 334). A construção do conhecimento na antropologia, no caso do estudo da realidade dos povos Guarani e Kaiowá, possui vínculos diretos com a palavra e existência de anciãs e rezadoras como as *nhandesy* aqui citadas.

3.1 Reserva Indígena de Amambai-MS - Aldeia Guapo'y

07 de fevereiro, 2022

A Reserva Indígena de Amambai foi reservada em 1915 pelo SPI (Sistema de Proteção Ao Índio) e consiste em uma área de 2.441 hectares, com uma população de aproximadamente 8.000 pessoas, localizada no município de Amambai-MS.

Registros e estudos antropológicos realizados por pesquisadores indígenas e não-indígenas (Valiente & Pereira, 2017)¹², confirmados através de interlocução com a capitania e vice-capitania local, apontam para a existência de ao menos 60 igrejas operantes na aldeia Guapo'y, majoritariamente pentecostais. Nesta localidade, as principais ameaças e violações decorrentes de agressões diretas aos símbolos sagrados Guarani e Kaiowá acompanhadas neste trabalho de campo se subdividem entre o recente incêndio da casa de reza da *nhandesy* Nilza e o caso da *nhandesy* Kunha Yvoty, atual guardiã da 1ª casa de medicina tradicional da Reserva Indígena de Amambai. Sobre estes fatos, a seguir apresentaremos nossa análise, experiência e registros realizados para fundamentar as ações de reparação e punição dos reais responsáveis pela introdução das igrejas pentecostais em territórios Guarani e Kaiowá.

3.1.1 Nhandesy Dna. Nilza Roa, 46 anos, etnia Kaiowá e Guarani

A *nhandesy* dona Nilza é uma das companheiras ameaçadas por praticar o modo tradicional de ser. Através da reza Kaiowá e Guarani e a medicina natural/tradicional, ela cuida de outras *nhandesy* e *nhanderu* do entorno de Amambai e de outras regiões do nosso povo, quando os mesmos se encontram doentes: ela é uma *hechakary* (rezadeiras que realizam as curas através da reza, com uma conexão maior com os grandes guardiões espirituais, como *Jary Guasu* e *Ñande Ramõi*).

Além disso, Dna. Nilza é uma agregadora de sua comunidade, pois cuida de uma parentela ampla, inclusive de crianças. No *tekoha* de Dna. Nilza há um roçado (*kokue*), que contribui para o sustento das pessoas, mantido pela existência de sua figura. A casa de reza é um elemento fundamental na vida e nos cuidados de Dna. Nilza, pois é o espaço por excelência em que essa *nhandesy* exerce todas essas atividades afetuosas e de cuidado: a *ogá pysy* mantém a vida comunitária em pé. Dna. Nilza nos expressou, ainda, que antigamente a casa de reza era um lugar de morada, com redes, haviam batismos nesse espaço - de sementes e de crianças, além do cuidado de pessoas doentes.

Por esses motivos tão diversos e significativos e apesar das dificuldades econômicas, Dna. Nilza levantou a casa de reza com todos os recursos próprios que ela tinha. Como não há madeiras na região, ela gastou R\$ 1. 300 em eucaliptos e outros pequenos materiais e a Kuñangue Aty Guasu apoiou parte desse processo com alimentos e recursos para compra das madeiras que faltaram. São fatos que também ilustram os profundos desequilíbrios e impactos causados pela devastação ecológica e da biodiversidade

¹² VALIENTE, Celuniel Aquino; PEREIRA, Levi Marques. Una breve descripción acerca de los kaiowá y guarani evangelicos en la reserva de Amambai (2017): elementos historicos y sociopoliticos. **Revista Euroamericana de Antropología**, n. 4, p. 22-29, 2017.

na região, tendo em vista a impossibilidade do uso e manejo ancestral de determinadas variedades de árvores originalmente utilizadas¹³ para a construção da *ogá pysy*.

Ou seja, com a destruição das florestas do entorno, torna-se necessário o dispêndio de recursos financeiros para o levantamento da casa e o uso de madeiras não apropriadas ou devidamente resistentes para a estrutura. O mesmo ocorre com o uso e preparo do sapé, dada a dificuldade de encontrá-lo em quantidade na região, envolvendo grandes fretes e deslocamentos para o seu manejo e extração sustentável. Originalmente, por exemplo, a Aroeira era uma árvore utilizada como madeira de base para a construção da casa de reza.

A casa de reza foi queimada em setembro/21, o que é um indício de crime. Segundo fontes apuradas pela Kuñangue Aty Guasu e pela O.K.A, quem queimou a casa pertence a comunidade indígena, e mobiliza um discurso muito forte de que a casa de reza de dona Nilza era um espaço das práticas do mal, feitiçaria, "macumbaria", discurso este igualmente mobilizado pela Igreja Deus é Amor. Dona Nilza ficou profundamente abalada, psicologicamente afetada, e teme um segundo ataque a sua família e ao espaço que a mesma está lutando para reconstruir novamente, pois as ameaças continuam. Segundo a capitania da comunidade de Amambai, foram apurados os fatos e houve um relatório feito pela FUNAI. Entretanto, a capitania não possuía o relatório por ela mesmo supostamente articulado para o registro da FUNAI. Dona Nilza tampouco possui uma cópia do mesmo, e não se sabe o que foi encaminhado.

A capitania local, portanto, afirma supostamente ter apurado os fatos, mas não conseguiu encaminhar - não existiria, na prática, um plano para assegurar a proteção das *nhandesy* em situação de ameaça de feminicídio e nem mesmo da casa tradicional. O capitão afirmou que antes de assumir a capitania em Amambai era pastor da Igreja Deus é Amor, e o vice-capitão segue atuando enquanto pastor na mesma igreja.

¹³ Por exemplo, *petiy*, *tembeta'y*, *tajy*, *yvyraro*, *arueira kyre*.



Oga pysy da nhandesy Dna. Nilza sendo queimada (outubro de 2021). Fonte: redes sociais da Kuñangue Aty Guasu.

Houve promessas políticas de parlamentares do município de Amambai, mas até hoje, na data de conclusão deste relatório, não houve um retorno. Todas as vezes que a Kuñangue Aty Guasu visitou dona Nilza, a mesma se encontrava sob muitas ameaças, intimidada, temendo pela sua vida e de sua família e com desejo de ir embora pela própria sobrevivência, sem nenhuma segurança, julgada e condenada por ser uma *hechakary*.

Sem o espaço da casa de reza em Amambai, dona Nilza afirma que possui enormes dificuldades de seguir cuidando de outras pessoas ou fazer rituais importantes para a cultura Kaiowá e Guarani, como o *Jerosy Puku/Avati Kyry* (batismo do milho branco). Em resumo, a queima da casa de reza significa uma perda ancestral irreparável, um direito originário violado, pois junto da casa de reza incendiada, o fogo consome outros objetos antigos das gerações de rezadores que já se foram, que ficaram como herança para as atuais rezadeiras.

Fica evidente, ao analisarmos a morosidade e negligência na apuração dos fatos por parte de instâncias locais, a existência de uma relação entre as redes de poder que envolvem a Igreja em questão, as capitâncias, o poder público e grandes fazendeiros da região - cada um dos casos também vem acompanhado de claros vínculos com o avanço do arrendamento para o plantio da soja, por exemplo, como veremos com a *nhandesy* Kuña Yvoty.

3.1.2 *Nhandesy Kuña Yvoty*

Kuña Yvoty é uma das *nhandesy* do povo Kaiowá e Guarani que a Kuñangue Aty Guasu acompanha diretamente desde 2017. Ela se encontra em Guapo'y, na Reserva Indígena de Amambai-MS. É a primeira *nhandesy* a ter uma casa de medicina tradicional em MS, com apoio da Kuñangue Aty Guasu e outros parceiros.

A idosa Lucia Assis Moraes, 79 anos, é uma mulher indígena Guarani e Kaiowá, que faz as práticas dos seus conhecimentos tradicionais de plantas medicinais, partos com gestantes, curas, cantos e rezas na língua do nosso povo, e isso fez com que ela se tornasse muito respeitada pelos acolhimentos a outras mulheres. Na luta diária por manter sua identidade e dar continuidade às suas práticas ancestrais, ela coloca seus conhecimentos da terra, do fogo, do ar e das águas a favor da vida de seu povo.



Nhandesy Dna. Lulu em meio às medicinas tradicionais de seu *tekoha*, aldeia Amambai, município de Amambai, 16 de dezembro de 2021. Fonte: campo da Kuñangue Aty Guasu.

Acusada de bruxaria por parentes evangélicos ligados à Missão Evangélica Presbiteriana Caiuá, por praticar sua religiosidade indígena e ter uma casa de reza tradicional, ela busca apoio em uma rede de solidariedade por justiça socioambiental e de gênero. Um de seus agressores é o cunhado e vizinho, Rosenildo Alves Franco, que já foi condenado por violência doméstica contra ela. A vida dela segue em risco.

No início do ano de 2021, Dona Lulu sofreu violência doméstica¹⁴ por parte do cunhado, que é casado com sua irmã. Segundo apuramos, ele anda armado e planta ilegalmente através de arrendamentos - inclusive para o cultivo de grãos como a soja -, utilizando agrotóxicos na Terra Indígena de Amambai (MS). Pela proximidade com o capitão da aldeia, a polícia indígena local, instituída como uma milícia, ameaça e tenta coagir a idosa a abandonar a sua residência, o seu território e os seus conhecimentos tradicionais. Implora Dna. Lulu por segurança:

Venho dizer a vocês que estou sofrendo por conta do desrespeito à minha reza. Aqui dentro da aldeia eu sofro. Estão favorecendo o homem que me agride, acobertam o agressor. Eu choro a vocês pedindo ajuda. As pessoas me perseguem, me chamam de macumbeira, bruxa, macaca, bugio, mas eu não faço mal a ninguém. Estou sofrendo muito. Tirem ele de perto de nós. Eu preciso de ajuda para tirar o agressor de perto da minha casa, onde eu vivo.

O laudo, um dos primeiros a estarem ancorados na Lei Maria da Penha para questões indígenas no estado, revelam, em entrevistas com as mulheres indígenas de Amambai, que mais de 60 igrejas pentecostais estão atuando na região. Por não aceitar a religiosidade indígena, membros das igrejas pentecostais investem na violência para tentar “convertê-las”. Um dos netos da idosa sofre muitos preconceitos por ser LGBTQIA+. Segundo o documento, muitas famílias indígenas se tornaram adeptas ao pentecostalismo nesse processo, como nas históricas missões jesuíticas que participaram do etnocídio dos povos no amplo território atualmente ocupado pelo Estado brasileiro.

Consta no laudo antropológico que trata do caso específico da *nhandesy* Kuña Yvoty:

Foi nessa conjuntura que inúmeras famílias extensas se converteram ao pentecostalismo, porém, esse sistema religioso dos karáí (não-índio) não foi incorporado na sua integralidade, com a multiplicação dos números de igrejas, cada uma assumia um formato da família extensa ou grupo de parentesco, ressignificando esses novos espaços vinculados a fé. A maior parte das pesquisas que abordam essa temática se referem à expansão das igrejas neopentecostais na Reserva Indígena de Dourados (RID). (Anzoategui & Maciel de Souza, 2017)¹⁵

¹⁴ Atualmente Dna. Lulu é protegida por medida protetiva. O processo está em mãos da Defensoria Pública Estadual.

¹⁵ DE SANTANA ANZOATEGUI, Priscila; DE SOUZA, Jéssica Maciel. Laudo Antropológico dos autos nº 0900011-84.2020. 8.12. 00004 (Medida Protetiva de Urgência-Lei Maria da Penha-Ameaça) e autos nº 0001193-33.2020. 8.12. 0004 (Descumprimento de Medida Protetiva), do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul. Ver: <https://catarinas.info/wp-content/uploads/2021/08/Laudo-antropologico.-Dona-Lucia-finalizado.pdf>

A Kuñangue Aty Guasu publicou um relatório denunciando perseguições, torturas e espancamentos praticados por integrantes da Igreja Pentecostal Deus é Amor e outras igrejas atuantes por todo o Brasil e em muitos países com extensão em nossos territórios:

Essas mulheres têm seus cabelos cortados por faca, carregam hematomas físicos profundos em suas cabeças e em muitas outras partes do corpo. Nos processos de ‘condenação’ pelos neopentecostais, seus joelhos podem ser vistos sangrando, suas casas são queimadas, elas são expulsas das comunidades e carregam consigo traumas de violência psicológica brutal, temendo serem queimadas vivas, enforcadas e mortas. São insultadas e xingadas de bruxas e de feiticeiras”, relata o documento.¹⁶

Vídeos encaminhados à Kuñangue Aty Guasu, em 8 de agosto deste ano, mostram homens que foram até a casa de reza da *nhandesy* para ameaçá-la. Cinco dias depois, o Tribunal de Justiça determinou uma audiência online de conciliação que não pôde ser realizada por ausência das partes. Em 20 de agosto, a juíza substituta que está atuando na 1ª Vara de Amambaí, Sabrina Rocha Margarido João, solicitou o encaminhamento da conclusão do processo.

A *nhandesy* Lulu é uma pessoa de grande importância por ser uma rezadora, por ser parteira. Ela vem sofrendo ameaças por parte de um familiar que não aceita a sua tradição, as suas rezas. Tem sido chamada de bruxa, de feiticeira, vem sendo hostilizada por exercer a sua tradição cultural dentro do seu território. As providências legais já foram tomadas, mas a justiça está morosa. É difícil ver ela sem a possibilidade de circular em seu território. Ela acolhe as pessoas e é uma pessoa muito importante dentro da aldeia. É uma senhora idosa e tem vários direitos sendo tolhidos, o direito das mulheres, direito dos idosos, o direito de exercer sua religiosidade - são vários direitos sendo feridos.

Kuña Yvoty é conselheira da Kuñangue Aty Guasu, Assembleia das Mulheres Guarani e Kaiowá, participa dos encontros de mulheres e do fortalecimento da luta pelos direitos das mulheres indígenas. Ela orienta as mais novas, mostra bons caminhos possíveis e acredita na organização coletiva do *teko porã* (pelo bem viver). Para se tornar uma *nhandesy*, guardiã da cultura e dos saberes tradicionais, Dona Lulu dedicou sua vida a estudar os conhecimentos e benzeduras que promovem a cura, um fazer muito admirado e valorizado entre os povos indígenas.

¹⁶ Kunangue Aty Guasu vem a público denunciar o crime de intolerância religiosa / Fonte: Kunangue Aty Guasu.

A importância de não se caracterizar o caso como uma simples briga de vizinhos e a necessidade de efetivos encaminhamentos de proteção às *nhandesy* diz respeito à necessidade de responsabilização do Estado brasileiro, como nos casos anteriores e subsequentes a estes, pela convivência, promoção e articulação de tais agressões por meios de intervenção e desestruturação interna das comunidades. O cenário complexo inclui a falta de responsabilidade dos municípios e forças políticas, por exemplo, em Amambai a psicóloga de confiança de Dna. Lulu foi demitida.

Outras mulheres também relataram medo, como por simplesmente fazerem parte da Kuñangue Aty Guasu ou buscar uma liderança mais democrática. Tal qual outros depoimentos colhidos em campo (ver as seções de escuta das *nhandesy* em Amambai, Rancho Jacaré e Itay deste relatório), há no caso de Dna. Lulu o padrão de difamação e injúria contra sua figura, neste caso pela figura da liderança, ligado à plantação de soja: essa *nhandesy* estaria fazendo “bruxaria” e por isso deveria ser morta. Por esse motivo, Dna. Lulu diz rezar “baixinho”, pois não se sente à vontade dentro de sua própria casa. Ela também não se sente segura com a segurança da aldeia.¹⁷ Dna. Lulu disse que a agrada o apoio judicial que tem tido, pois isso previne ações mais contundentes de seus agressores.



Entrada da casa de medicina da *nhandesy* Dna. Lulu, aldeia Amambai, município de Amambai, 16 de dezembro de 2021. Fonte: campo da Kuñangue Aty Guasu.

3.1.3 Reunião com capitania da Reserva Indígena de Amambai (Aldeia Guapo'y)

Para introduzir os relatos referentes a reunião com a capitania da Reserva Indígena de Amambai, é importante regressarmos às definições da capitania e o fato incontestável da relação deste sistema de poder com o órgão indigenista oficial que o funda, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI). É uma categoria,

¹⁷ Ver o vídeo que acompanha esse relatório em e-mail. Neste vídeo, o capitão chama os seguranças da aldeia porque Dna. Lulu estava praticando sua reza tradicional.

portanto, diretamente vinculada ao aldeamento, “reservamento” e confinamento dos Guarani e Kaiowá. Segundo Valiente e Da Palma (2019, p. 131)¹⁸:

Um estudante entrevistado, conhecido como Kunumi Verá ndaju, o qual também trabalha como funcionário público na aldeia, afirma que “o Capitão entrou no meio dos Kaiowá para substituir o Ñande Ru. Ele entrou na aldeia usando força e rigidez para a gente obedecer às regras que eles [órgãos indigenistas] mesmos criam”. Kunumi ainda acrescenta que, antigamente, cada família tinha o seu próprio Ñande Ru, e somente ele conduzia cada família dos Kaiowá, aconselhava os mais novos e ensinava como agir respeitando o próximo. Além disso, segundo ele, “o Capitão fez desaparecer os Ñande Ru de cada família”, criando um poder centralizador. Sendo levados os Ñande Ru da reserva, muitos voltavam para o seu tekoha, mas a fazenda já havia ocupado o local. Logo ao retornar, eram despejados e levados novamente para a reserva. Assim aconteceu sucessivamente, até que muitos desistiram de voltar para o tekoha e decidiram ficar definitivamente na reserva, mesmo sem poder praticar o seu estilo de vida.

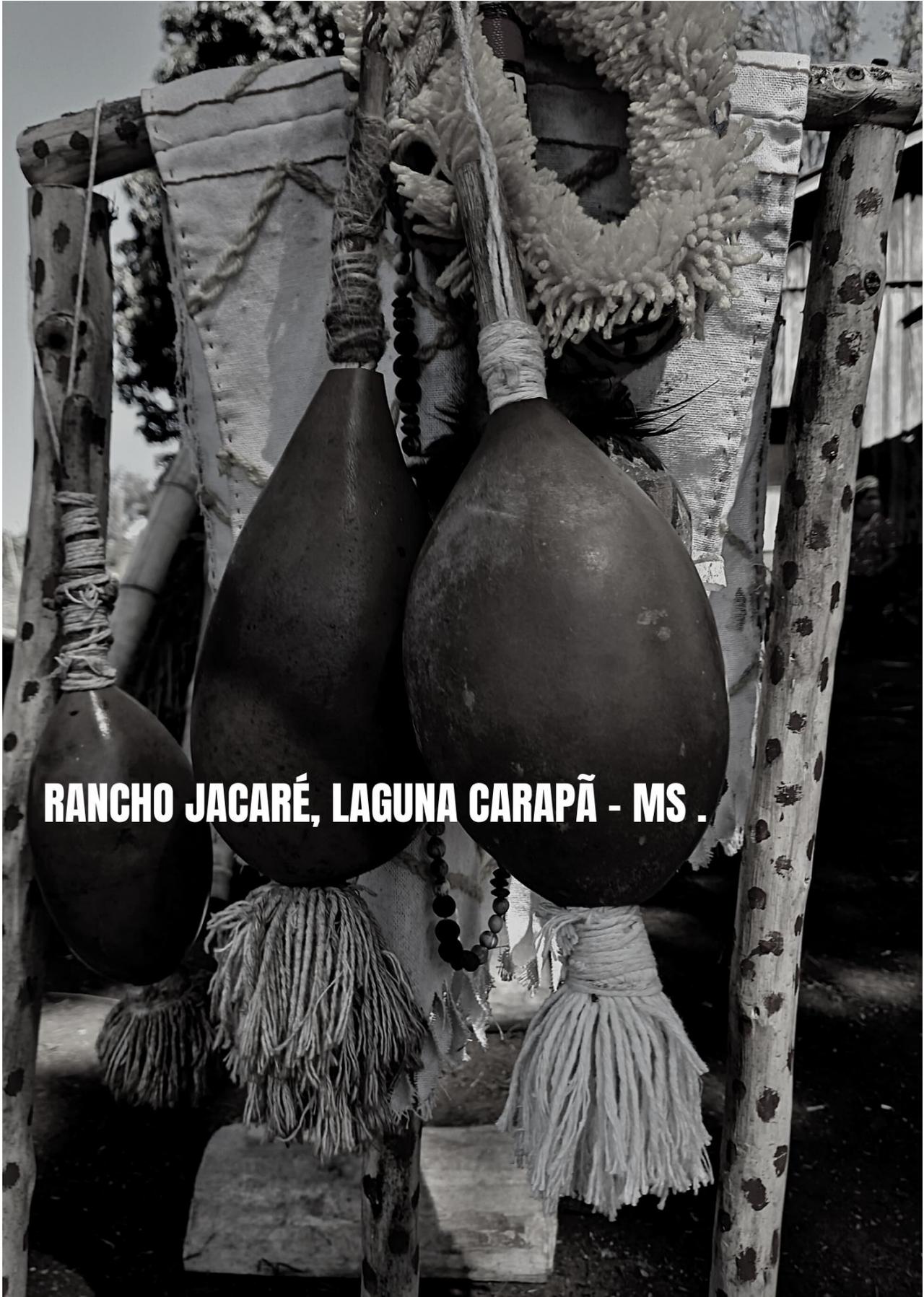
Os relatos abordados pelos autores também dialogam com outro tema que nossas interlocutoras *nhandesy* relataram: os efeitos das remoções forçadas, conforme abordaremos mais adiante. É importante notar a ideia de “desaparecimento” dos *ñanderu* de cada família como um fator que enaltece a leitura aqui apresentada acerca do papel desagregador das igrejas, ainda que, discursivamente, preguem o contrário. É a consolidação de um novo modelo de poder, representação e controle que vem atuando de forma combinada com a capitania e o poder público e privado desde a instituição deste modelo de territorialização por meio do desterro total dos Guarani e Kaiowá.

A capitania, ainda, pode ser entendida segundo a análise do procurador da república Marco Antonio Delfino de Almeida e do historiador Thiago Cavalcante (2019)¹⁹ que versam sobre a “motivação histórica do processo de ‘proteção’ e da consequente utilização de estruturas coloniais para a obtenção dos desideratos econômicos almejados” (p. 41). A função “civilizatória” do capitão também deve ser destacada

Para o agente do SPI, o capitão deveria impor os padrões de organização do trabalho capitalista rural. Era alguém que devia estar disposto a obedecer às determinações do órgão indigenista, não ser “turbulento” diante das ordens do chefe de Posto. Esperava-se que os indígenas abandonassem suas práticas tradicionais e se dedicassem à produção agrícola de forma intensiva, deixando de lado aquilo que não era do mundo “civilizado” ou do mundo do “mercado”. O capitão devia exercer seu poder com base na coerção para impor o projeto civilizatório do Estado. Todavia, existia um ponto limite nessa organização, pois para que tivesse êxito o capitão precisava manter um bom nível de aceitação dentro da comunidade. (Delfino de Almeida & Cavalcante, 2019, p. 56-57)

¹⁸ VALIENTE, Makiel Aquino; DA PALMA, Rogerio. O Capitão na visão dos Kaiowá e Guarani do Tekoha Guapo’y/Reserva de Amambai. *Tellus*, p. 123-136, 2019.

¹⁹ DE ALMEIDA, Marco Antonio Delfino; CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. Capitão: a aplicação da indirect rule nos povos Kaiowá e Guarani. *Tellus*, p. 39-60, 2019.



RANCHO JACARÉ, LAGUNA CARAPÃ - MS .

3.2 Terra indígena de Rancho Jacaré, município de Laguna Carapã-MS

A *nhandesy* Martina é do povo Kaiowá e Guarani. A Kuñangue Aty Guasu acompanha diretamente seu caso, desde 2017, e está atualmente sob acompanhamento da equipe da O.K.A. Ela se encontra em Rancho Jacaré, no município de Laguna Carapã-MS. Em 2021, atendendo a demanda da *nhandesy* Martina Almeida, foi construída a casa tradicional do lado de sua residência. Essa construção foi possível com recursos vindos do Fundo Casa Socioambiental, como mediação de Tônico Benites via Aty Guasu e apoio da Kuñangue Aty Guasu. Esse espaço tradicional, depois de pronto, possibilitou várias articulações, rituais e encontros. Dona Martina lutou pela conquista da Terra Indígena Rancho Jacaré desde o início: ela afirma que a casa de reza é fundamental na luta pelo território, assim como são heranças que ela deseja deixar para netos e filhos e as igrejas não servem para isso, pois não são partes do nosso sagrado, que foi imposta pelo *karai* (não indígena). A casa de reza de dona Martina foi queimada dois meses depois que foi inaugurada. Ela conta que continua a receber ameaças e para que isso não volte a acontecer, as casas de rezas precisam ter câmeras, um meio de segurança para a proteção desses espaços. Ela afirma que quando os idosos são retirados do seu local de território, eles adoecem até morrer, e isso aconteceu durante a exploração dos territórios Kaiowá e Guarani durante a Cia. Mate Larangeira.

Vale lembrar que todo o processo da retomada de Rancho Jacaré foi feito em meio à ditadura militar. Antes da queima da casa de reza, ela comenta que membros da igreja foram os que ameaçavam a casa de reza e diziam que iriam incendiar a casa, pois as pessoas tinham que permanecer na igreja. Dessa forma, antes mesmo da inauguração da casa de reza já haviam as ameaças e às 11h da noite foi a queima da casa de reza, em outubro de 2021 e desde então, ela segue recebendo ameaças. Foi registrado boletim de ocorrência no município de Laguna Carapã e os envolvidos foram intimados, ouvidos e liberados, e as ameaças de feminicídio seguem contra dona Martina.

A liderança local, dona Roberta Vilhalva, acompanhou todo o processo da construção e defende a reconstrução da casa para fortalecimento da comunidade. Roberta afirma que as casas de rezas são importantes, pois é nelas que acontecem os rituais de proteção a comunidade: é o fortalecimento do tradicional e ajuda a comunidade a ficar saudável: "pois as conexões entre o céu e a terra, estão conectadas com a reza, com o canto e com a casa de reza".

Ela comenta que os jovens hoje poucos estão envolvidos nas casas de rezas, e que tem um avanço grande deles envolvidos no mundo *karai*.

É claro que precisamos acessar o mundo dos *karai* para sobreviver, mas o nosso mundo antigo precisamos nunca esquecer, porque é de lá que viemos. Ela está hoje como liderança, e precisam de mais mulheres nessa luta, precisam de mais mulheres que entendem das leis, das casas de reza. - Fala da Roberta.

Roberta diz que existe uma questão complicada, porque os ataques às casas de reza também vêm dos parentes e todas essas queimas precisam de investigações, pois não há apurações sobre as mesmas e todos eles vem com o discurso de demonização da casa de reza, do canto, dos modos tradicionais Kaiowa e Guarani como uma consequência do que é pregado²⁰ dentro das igrejas.

De acordo com os nossos levantamentos, ha uma rede de igrejas da Pentecostal que atuam de território em território. Uma comissão de pastores, por exemplo, nomes de pastores que atuam na Reserva Indígena de Dourados foram mencionados em outros territórios, e que eles entram nessas comunidades levando a doutrina da pentecostal Deus é Amor. O mesmo nome foi mencionado em outro território Kaiowa e Guarani, portanto os pastores das igrejas da Reserva indígena de Dourados é uma das redes que lideram cultos em outras comunidades indígenas. Ao caminhar pelos territórios indígenas, nitidamente vemos o símbolo da pentecostal Deus é Amor em quase todos os territórios Kaiowa e Guarani. Roberta conclui dizendo que os fatos precisam ser apurados, precisa haver um encaminhamento, para quem são os violentadores das *nhandesy*, ela deixa claro que faz parte da igreja, mas que entende que sua ancestralidade Kaiowa e Guarani é a sua raiz, mas esse sentimento é individual, pois no coletivo o que se entende é a demonização do tradicional. Ela relata muitas violências com as mulheres indígenas em Rancho Jacaré.

Roberta e a *nhandesy* Martina, são mulheres que juntas enfrentam o machismo dentro do território de Rancho Jacaré, Martina por ser uma *Nhandesy* e Roberta por ser a vice liderança do *tekoha*.

Quem trouxe os cantos para nós foi os nossos grandes chefes espirituais, que segundo nossos grandes rezadores, enviaram através dos *rechakary*.

Cada palavra que compõe uma reza tem um significado nativo/ancestral muito profundo.

Os cantos curam, os cantos aquecem as almas feridas, os cantos trazem alegrias, os cantos espantam os males, os cantos juntam pessoas, os cantos, os cantos nos conectam a tantos mundos, nos conectam a tantos mundos físicos e espirituais...os cantos... os cantos Guarani e Kaiowa!

O Guaxire, é o momento da diversão!

O *jehovassa* é para limpar nosso caminho!

O *nhembo'e* é para curar as pessoas!

E tantos outros...

²⁰ A doutrina da igreja pentecostal Deus é Amor.

Nos precisamos que vocês conheçam esse nosso mundo, e aqui apresentamos para vocês, os nossos cantos de outras formas, com as ferramentas do mundo Karai, a tecnologiaq.

E não é por que hoje o nosso povo usa a tecnologia de vocês, que deixaram de ser povos originários. E sim são formas de dar visibilidade ao nosso mundo nativo. É preciso respeitar o nosso espaço tradicional, nós nao saímos por ai agredindo os crentes e destruindo igrejas, respeitem a casa de reza... Nhandesy Martina.



YTAY, DOURADINA-MS.

3.3 Retomada de Ytay Ka'agwyrusu - Município de Douradina-MS



Reza em Itay Ka'agwyrusu, 9 de fevereiro de 2022. Fonte: registro visual da Kuñangue Aty Guasu.

A Ñhandesy Mboy Poty Rendiy - Teresinha Aquino, 60 anos, é do povo Kaiowá e Guarani, que a Kuñangue Aty Guasu acompanha diretamente, desde 2021, e está atualmente sob acompanhamento da equipe da O.K.A. Ela se encontra na retomada de Ytay, no município de Douradina-MS. Nesse território, as situações são complexas: envolve uma parentela e uma comunidade, divididas entre a igreja e o sagrado tradicional. A casa de reza de Ytay foi incendiada em 29 de dezembro de 2021. Confira o relato da *nhandesy* para a Kunangue Aty Guasu e a O.K.A:

Eu não vim aqui por que quis? Essa retomada foi feita para os nossos netos e os nossos bisnetos. Eu e meu companheiro Joel, fizemos a retomada, ele me disse: vamos juntos fazer a retomada? Se organizaram e se reuniram para fazer a retomada, essa terra é do *Nhamoi* Paulito. Ela é a neta do Paulito. Aqui houve vários rituais. Eu não sei até quando vou esperar a demarcação, todos que fizeram a retomada estão já morrendo. Por mais que o governo não queira garantir os nossos direitos, nós vamos resistir para existir aqui. A reserva indígena é um contexto diferente da retomada, são vivências diferentes, eles são mais acomodados. A casa de reza é uma herança da ancestralidade na terra, que vai cuidar e proteger as comunidades. Isso de alguma forma é uma saúde para todos, pois passa a buscar a ancestralidade Kaiowá e Guarani, assim como viveram nossos antepassados. Pai Kuara tem a casa de reza, e a casa de reza na terra é a extensão do grande protetor Pai Kuara. Não existe mais taquara e nem sabe para construir casas de rezas, por isso a importância de manter as casas de reza em pé.

Ela comenta as questões das feitiçarias, o povo em comunhão com a Igrejas Deus é Amor e sua parentelas da região diziam que tinham o mal dentro das casas de reza, que ela acendia velas dentro da casa de reza e ela afirma ser calúnia essas informações: esses ataques verbais contribuíram para a queima

da casa de reza. Ela diz que construir a casa de reza é muito difícil, pois nem tudo se encontra na natureza, e que a polícia não apurou os fatos como deveria.

Precisam aprender a respeitar a casa da *nhandesy* e do *nhanderu*, isso é um espaço sagrado. Zezinho Aquino e Adatalina Da Silva, são as pessoas que ameaçaram de queimar a casa de reza, junto com Daiolinha, Crislaine Vera e Adilson Jorge, e queimaram. - relato da *Nhandesy* Teresa Aquino.

As filhas das *nhandesy* são as que acompanharam diretamente todo esse processo da construção da casa de reza, a queima da casa de reza, relataram à equipe da O.K.A e da Kuñangue Aty Guasu. Há uma preocupação com a demonização do único espaço sagrado daquela região e o avanço das igrejas na comunidade e as disputas por cargos e lideranças na comunidade levam a intensos conflitos. Elas comentaram sobre a ausência do Judiciário, principalmente dos órgãos públicos que atuam diretamente com povos indígenas, como a FUNAI. Elas temem pela vida da *nhandesy*, que está sob ameaça de feminicídio. As mesmas afirmam ser muito trabalhoso reconstruir a casa de reza, pois tem um custo material e até as matérias primas devido a devastação ambiental que vive o MS: é difícil de encontrar principalmente o sapé.

Nós resistimos muito ainda, temos muito racismo e preconceito, perguntei para o meu companheiro até que ponto a gente ia aguentar. - *Nhandesy* Teresinha.

Na retomada de Ytay, o racismo religioso e a intolerância religiosa são tão intensos que os pastores próximos à retomada, na comunidade de Lagoa Rica, em vídeo gravado e acessado pela Kuñangue Aty Guasu, afirmam ter visto em "visão" que o espaço da casa de reza deveria ser exterminado por praticar a "feitiçaria". Esta é uma nítida incitação ao ódio e a intolerância perante os símbolos culturais originários, e que precisa de apuração e responsabilização. A intolerância religiosa é tão grave que a comunidade, por intermédio dessa ideologização e contra os cuidados tradicionais, passou a atacar/depredar/destruir o túmulo do *nhanderu*, que foi enterrado na entrada da retomada, sendo uma expressão da negação comunitária em função das intervenções religiosas externas. De acordo com Alberto:

São 9 Igrejas na Aldeia Lagoa Rica e 3 delas são da Deus é Amor, o resto é mistura, elas são 'tocadas' por não indígenas de Douradina, Nova Alvorada e Itaporã. Tem pastores indígenas também (6). O Cacique lá é Olisório que organiza para vir aqui, ele é pastor. Só Deus é Amor é intolerante, como mesmo eles (crentes) falam: "nossa doutrina é muito forte.

A queima da casa de reza da comunidade de Ytay teve participação de pessoas ligadas à liderança de Lagoa Rica e pessoas ligadas à Igreja e sua parentelas, que se reuniram para planejar e executar o crime:

Entre os dias 28 e 29 de novembro Adilson formou grupo da Igreja, fizeram reunião e participaram: Lisório, Celio, D. Izete, Iba, Adilson (pastor), e Anselmo (pastor) [eles têm fotos e ficaram de enviá-las]. No dia da queima da casa de reza, escutou um tiro, no susto ela não conseguiu sair e quando saiu ela viu a casa queimando [nesse momento da narrativa a tradutora se emociona e diz que não é capaz ainda de falar disso porque sente muita dor, outra pessoa assume a tradução]. Eu tinha coragem de ir atrás e medo ao mesmo tempo porque eles têm armas. Usam armas para dar tiro para cima como forma de intimidação. Nesse choque todo até esqueci o celular. Sentia muito cheiro de gasolina, cheiro muito forte. Eles jogaram gasolina e deram tiro para que pegasse fogo. Temos vídeos da tentativa deles de apagar [se refere aos jovens], mas onde escorreu a gasolina estava difícil de apagar. O ponchito [vestimenta sagrada para os rituais tradicionais] que estava na casa de reza - ali justamente que começou a pegar fogo. O fogo se iniciou na queima da casa de reza onde se encontrava o ponchito. (Irmã da Eugênia).

Um destaque da gravidade da queima da casa de reza de Ytai é o fato de haver pessoas dormindo no espaço no momento dos disparos de arma de fogo e a queima da casa de reza, o que poderia ter resultado em ferimentos e até óbitos por causa da carbonização. As pessoas que vivenciaram a queima da casa de reza se encontram em seus próprios termos “traumatizadas”:

E que mesmo hoje, eles têm sequelas daquele dia, ficaram traumatizados, eles dormem de dia e ficam acordados a noite toda em vigília. Esses 3 jovens estavam dormindo dentro da casa de reza no dia que ela foi queimada. Desde que S.r Joel morreu, os jovens não dormem bem, porque fazem vigília por motivos de segurança diante das agressões, por isso também que estavam na casa, mas com o cansaço dormiram e foi aí que a casa de reza foi queimada. (Irmã da Eugênia)

As agressões que até então eram caracterizadas por ameaças e perseguições foram cruelmente materializadas com a queima da casa de reza. As marcas dessa violência estão impregnadas na vida da comunidade, com destaque para os jovens que vivenciaram o ataque criminoso e carregam as sequelas traumáticas dessa experiência. Além disso, tiveram suas rotinas alteradas pelo medo e necessidade de fazer a segurança do lugar, tendo que se tornarem vigilantes durante as noites e dormir pouco no dia.

Roberto Alziro, que já passou pela mesma experiência de ter a vida em risco por estar dormindo em uma casa de reza que foi queimada, ressalta a importância das casas de reza para a comunidade:

Estamos trabalhando para reerguer a casa de reza que é importante para manter os rituais e continuar com os cantos (...) as nhandesy e os adultos não vão estar aqui para sempre, então eles vão deixar essa memória de luta e resistência para as crianças. Importante registrar que Ytay está aqui, está de pé e que os outros falam que eles são violentos, mas estamos abertos para conversar, e chamar as pessoas para escutar o outro lado da história. (Roberto Alziro).

Apesar de toda a dor e violência, a comunidade de Ytay segue resistente em seus propósitos de lutar pela manutenção da cultura e dos rituais tradicionais, entendendo a importância desses elementos para existência Kaiowá e Guarani. As experiências traumáticas da violência marcam e alteram o cotidiano da comunidade. É, justamente, através da reconstituição do espaço sagrado da casa de reza e a sua proteção, que reside a possibilidade de recuperação do trauma e da sociabilidade comunitária. Ytay se mostra aberta ao diálogo, exige responsabilização dos agressores e a proteção das casas de rezas das ofensivas criminosas.

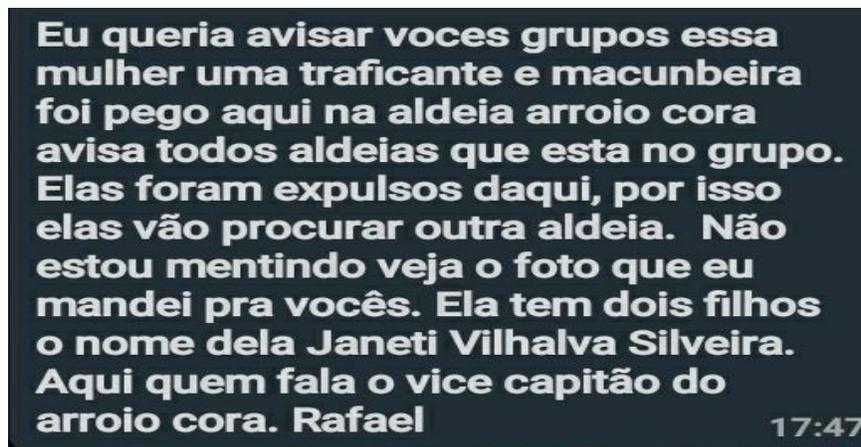
4. Documentos protocolados pela Kunangue Aty Guasu nas instâncias jurídicas

Ao Ministério Público Federal de Ponta Porã/MS

Ao Ministério público Federal em Dourados/MS

A Defensoria Pública do Estado de MS

A Defensoria Publica da Uniao



Eu queria avisar voces grupos essa mulher uma traficante e macunbeira foi pego aqui na aldeia arroio cora avisa todos aldeias que esta no grupo. Elas foram expulsos daqui, por isso elas vão procurar outra aldeia. Não estou mentindo veja o foto que eu mandei pra vocês. Ela tem dois filhos o nome dela Janeti Vilhalva Silveira. Aqui quem fala o vice capitão do arroio cora. Rafael

17:47

Mulher torturada em Limão Verde/Amambai-MS, post circulou nas redes sociais. Janeiro/2020.

Desde novembro de 2019, a Kunangue Aty Guasu vem denunciando para o Estado brasileiro, as perseguições, torturas, espancamentos, dentre tantas violências contra as anciãs *nhandesys* praticadas por homens vestidos de "crentes" e outros líderes ligados à capitania das comunidades Kaiowá e Guarani. Esses homens, em sua maioria, fazem parte da doutrina da igreja pentecostal Deus é Amor e pregam discursos coloniais de dominação do corpo da mulher, silenciando e violentando em nome da igreja.

Nas primeiras semanas de Janeiro de 2021, o crime de intolerância religiosa avança fortemente nas comunidades indígenas, pois sobe para nove casos identificados somente este ano. As mulheres têm seus corpos violentados por homens que usam facas, chicotes, cordas e pedaços de paus para “condená-las”: torturá-las pela prática do chamado "feitiço".

As mulheres Kaiowa e Guarani violentadas e abusadas têm seus corpos cortados com ponta de facas, carregando em suas costas marcas de chicotes de couro. Ainda, essas mulheres têm seus cabelos cortados por faca, carregam hematomas físicos profundos em suas cabeças e em muitas outras partes do corpo. Nos processos de “condenação” pelos neopentecostais, seus joelhos podem ser vistos sangrando, suas casas são queimadas, elas são expulsas das comunidades e carregam consigo traumas de violência

psicológica brutal, temendo serem queimadas vivas, enforcadas e mortas. São insultadas e xingadas de bruxas e de feiticeiras.

Seguidores escravos da doutrina da igreja pentecostal Deus é Amor, com sede em São Paulo, demonizam o nosso modo tradicional de ser Guarani e Kaiowá. Eles se negam a entender a nossa crença, o processo histórico do nosso povo, nossos conhecimentos ambientais e tradicionais, dentre outros preconceitos. Dessa forma, *nhandesys* são criminalizadas, tidas como bruxas, feiticeiras, macumbeiras e etc. A igreja neopentecostal, vista como a “correta”, prega a salvação da vida, rumo ao "céu". Nunca nós os condenamos por serem de religiões pentecostais. São eles quem condenam nossas anciãs rezadeiras, produzindo uma guerra religiosa que atravessa nossos corpos e nos violenta fortemente.

As *nhandesys* torturadas, em sua maioria, são mulheres idosas e suas filhas têm pouco contato com o espaço urbano. Essas mulheres são condenadas à morte por simplesmente manterem a prática dos cuidados com as plantas medicinais e a reza. Os vídeos e fotografias que chegam até nós são de mulheres que têm a sabedoria da medicina natural, fazendo as curas das doenças com remédios do mato, bem como o secular trabalho de cuidado com as gestantes.

Em novembro/2020, em meio à assembleia da VIII Kunangue Aty Guasu lançamos o documento **Corpos silenciados, vozes presentes: A violência no olhar das Mulheres Kaiowá e Guarani - Hete kirirîm avvu jekaa tekovai, kuñangue**. Neste documento, denunciemos o crime de intolerância religiosa ao Estado brasileiro, com denúncias consistentes de violências contra as mulheres indígenas através de diversos relatórios da assembleia das mulheres Kaiowá e Guarani. Fica evidente que esta não é a primeira



vez que buscamos ajuda, gritando por socorro de apoio e proteção à vida das Mulheres Kaiowá e Guarani. Após as denúncias, mínimos são os resultados, contribuindo para o avanço da violência contra os nossos corpos.

Enquanto aguardamos a resposta do Estado brasileiro e encaminhamentos das torturas e abusos sobre os nossos corpos, nós, defensoras de direitos

humanos e representantes da Kuñangue Aty Guasu, também estamos sendo perseguidas e ameaçadas de morte. As violências ganham forças e avançam em paralelo às construções de igrejas pentecostais nas comunidades, dentro das reservas indígenas e nas retomadas.

As igrejas estão entrando em massa nas comunidades indígenas, inferiorizando a cultura tradicional e desvalorizando os conhecimentos tradicionais de nosso povo. Os pastores usam as igrejas como instrumento para impedir e desorganizar uma estrutura tradicional que o povo Kaiowá e Guarani vêm ao longo do tempo, lutando para reconstruir - a despeito das graves consequências deixadas pela colonização que segue forte contra nossos corpos, costumes e tradições.

Exigimos das instâncias jurídicas nacional e internacional que apurem com urgência todos os ocorridos de violência contra os nossos corpos. Nossas anciãs estão correndo risco de vida e com elas, também nós!

Exigimos que o judiciário nos atenda em nossa língua nativa, efetivando nossos direitos para seguirmos vivas e de forma digna.

É urgente a proteção, o fortalecimento e a valorização das anciãs Nhandesys, parteiras, Jarys, mulheres indígenas Kaiowá e Guarani defensoras de direitos humanos, frente aos projetos de extermínios anti-indígenas que vem sendo executado contra os nossos corpos, contra o nosso modo de ser Guarani e kaiowá.

Aguardamos com sede de justiça e visibilidade das nossas vozes, que o estado e as cortes internacionais nos ouçam, e apoiem as demandas das mulheres Kaiowa e Guarani.

Atenciosamente,

Conselho da Kunanague Aty Guasu - Grande Assembleia Das Mulheres Kaiowa e Guarani.

5. Índice de fotografias das três casas de reza incendiadas abordadas no relatório

A seguir, um compilado de fotografias que mesclam registros realizados pela própria comunidade no momento imediatamente posterior aos ataques incendiários cometidos contra as *ogá pysy* em cada uma das datas apontadas, demonstrando uma sequência encadeada de acontecimentos no decurso de poucos meses. A proximidade dos ataques sugerem uma provável articulação encabeçada pelas igrejas pentecostais atuantes na referida ofensiva contra rezadores [nhanderu] e rezadoras [nhandesy] Guarani e Kaiowá - e, conseqüentemente, contra todo um povo - para desestabilizar as comunidades e perseguir, ameaçar, torturar, destruir e difamar símbolos e autoridades religiosas e espirituais Guarani e Kaiowá em atos evidentes de intolerância e racismo religioso. A seguir, as fotografias que comprovam o incêndio provocado contra as casas de reza:

NOTA DA **KUNANGUE
ATY GUASU** CONTRA
Patriarcado e
Racismo:
**violências medievais e
extremismo religioso
no MS**



Conselho da Kunangue Aty Guasu - Grande Assembleia Das Mulheres Kaiowá e Guaraní/MS
info@kunangue.com / atykuaera@gmail.com | www.kunangue.com

A Kunangue Aty Guasu (Grande Assembleia das Mulheres Kaiowá e Guaraní), vem por meio desta, denunciar e exigir que sejam apuradas/investigadas de forma continuada, todas as violências em nossos territórios, contra meninas, jovens, mulheres e Nhandesys (mestras tradicionais). Nossos espaços de medicina e de rezo, onde se exerce o cuidado dentro de nossa cultura está sendo sistematicamente incendiado de forma criminosas. As Igrejas neopentecostais - Assembleia de Deus e Deus é Amor, incitam o ódio à cultura e principalmente o mulher Guaraní e Kaiowá, através de discursos racistas contra os Nhandesys e Nhanderu. Como no período da Inquisição e de caça às bruxas, pregam que anciãs e anciãos indígenas são felicitosas e responsáveis pelas mortes e doenças que atingem as nossas aldeias, fazendo com que pessoas se sintam legitimadas a agredirem seus corpos e casas de cura e rezo, gerando cenários de violências medievais e extremismo religioso, como apedrejamentos e ameaças de morte constantes. Esse discurso de ódio tem contribuído para o aumento das violências em nossos territórios, e assim a uma onda de estupro e feminicídios. É preciso urgente, que as mulheres indígenas e ativistas, defensoras de direitos humanos que lutam contra essas violências, sejam protegidas.

Os grandes chefes dos espaços evangélicos (igrejas) que estão em nossos territórios precisam se responsabilizar pela demonização seguida de ataques violentos contra a nossa moda tradicional, porque eles são responsáveis pela formação valorativa dos fiéis. Exigimos que parem imediatamente com a intolerância religiosa, o racismo religioso, que respeite os nossos espaços tradicionais e nossos modos de se organizar, de ser e existir.

A constituição federal de 1988, garante o direito fundamental à liberdade de religião, e foi expressamente assegurada uma vez que esta liberdade faz parte do rol dos direitos fundamentais. O inciso VII do artigo 5º, estipula que ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.

Também chamamos o judiciário e outras organizações, movimentos sociais, universidades, etc para juntos realizarmos o enfrentamento a esse racismo religioso estrutural. É de responsabilidade dos órgãos públicos combater os crimes de intolerância religiosa, assim como são aqueles que têm todos os instrumentos para investigar, julgar e combater a violência.

Conselho da Kunangue Aty Guasu - Grande Assembleia Das Mulheres Kaiowá e Guaraní/MS
info@kunangue.com / atykuaera@gmail.com | www.kunangue.com

Por isso, questionamos porque nada tem sido feito e porque continuamos a vivenciar essas violências brutais e a termos nossos direitos como cidadãos desrespeitados pelas instituições responsáveis pela garantia de nossos direitos.

Quem vai investigar as queimas das casas de rezo no Mato Grosso Do Sul? O que fazer com esse racismo e perseguição estrutural contra os nossos princípios? Como proteger os nossos patrimônios nativos? Até os dias atuais, nenhum espaço da igreja foi incendiado, pastores e fiéis não são perseguidos, ameaçados.

Até quando?



Conselho da Kunangue Aty Guasu - Grande Assembleia Das Mulheres Kaiowá e Guaraní/MS
info@kunangue.com / atykuaera@gmail.com | www.kunangue.com

5.3 Aldeia Guapo'y, reserva indígena de Amambai

Data do ataque: 02/10/2021



Imagem 1: Ogá pisy incendiada na aldeia Guapo'y. Rezadora (*nhandesy*): Dona Nilza. 02 de outubro, 2021.



Imagem 2: Casa de reza de Dona Nilza incendiada após a chuva. 03 de Outubro, 2021.

5.2 Terra Indígena Rancho Jacaré, município de Laguna Caarapã

Data do ataque: 19/10/2021



Imagem 3: *Ogá pisy* de Rancho Jacaré minutos após o ataque. 19 de outubro, 2021.



Imagem 4: *Ogá pisy* de Rancho Jacaré no dia seguinte ao ataque, visita da Kuñangue Aty Guasu.

5.3 Retomada de Itay Ka'agwyrusu, município de Douradina

Data do ataque: 29/12/2021



Imagem 5: *Ogá pisy* incendiada na retomada do *tekoha* - território ancestral Guarani e Kaiowá - Itay Ka'agwyrusu. 29 de dezembro, 2021. Fonte: comunidade de Itay Ka'agwyrusu.



Imagem 6: *Ogá pisy* incendiada na retomada do *tekoha* - território ancestral Guarani e Kaiowá - Itay Ka'agwyrusu. 29 de dezembro, 2021. Fonte: comunidade de Itay Ka'agwyrusu.



Imagem 7: Foto do túmulo do rezador Joel destruído por membros da igreja pentecostal Deus é amor. Fonte: trabalho de campo Kuñangue Aty Guasu. 13 de janeiro de 2022.



Imagem 8: Ruínas da *ogá pysy* de Itay. 09 de fevereiro, 2022. Fonte: trabalho de campo Kuñangue Aty Guasu/O.K.A/DPU/DPE/DRDH.

Conclusão

Considerando que a Constituição Brasileira de 1988 defende e promove a proteção dos direitos fundamentais relativos à liberdade de expressão religiosa, o direito fundamental de não ser torturado ou tratado de forma desumana, a defesa dos direitos indígenas, dentre eles sua cultura e costumes, assim como o direito ao acesso e à manifestação cultural a que deve o Estado proteger, como as culturas indígenas;

Considerando que a Convenção 169 de OIT de Proteção aos Povos Indígenas e Tribais a que o Brasil é signatário através do Decreto Legislativo n. 143/2002;

Considerando que o Decreto nº 7.037/2009 (Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3) fixou diretrizes acerca da política de Direitos Humanos a ser adotada no Brasil, incluindo o Objetivo Estratégico VI (Respeito às diferentes crenças, liberdade de culto e garantia da laicidade do Estado, onde nas Ações Programáticas), aponta: a) Instituir mecanismos que assegurem o livre exercício das diversas práticas religiosas, assegurando a proteção do seu espaço físico e coibindo manifestações de intolerância religiosa. Responsáveis: Ministério da Justiça; Ministério da Cultura; Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. b) Promover campanhas de divulgação sobre a diversidade religiosa para disseminar cultura da paz e de respeito às diferentes crenças. Responsáveis: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República; Ministério da Cultura; Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República;

Considerando que a Portaria FUNAI Nº 466, de 19 de Janeiro de 2022, institui o Programa de Operações Especiais de Proteção Etnoambiental e Territorial - Proepet, no âmbito da Fundação Nacional do Índio - Funai, traz no Capítulo I - Disposições Preliminares, no *Art. 2º Para fins desta Portaria, são consideradas situações de urgência e emergência: IV - situações de conflito de natureza fundiária, territorial e interétnica;*

Considerando a Lei Maria da Penha, que assegura que nenhuma mulher, independente de classe, raça/etnia, deve viver sob violência, devendo-se preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social;

Considerando que no tocante à Secretaria Especial de Saúde indígena, o Distrito Sanitário Especial Indígena de Mato Grosso do Sul (DSEI-MS) é a instância do Ministério da Saúde responsável pela atenção primária em saúde, bem como as ações de saneamento básico dos povos indígenas nessa região administrativa, conforme a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI), publicada na Portaria MS nº254 de 31 de janeiro de 2002, Portaria nº2.656 de 17 de outubro de 2007;

Considerando a Portaria Nº 2.663, de 11 de Outubro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para redefinir os critérios para o repasse do Incentivo para a Atenção Especializada aos Povos Indígenas – IAE-PI, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. Art. 275, no que se refere aos objetivos, em IV – facilitar a assistência dos cuidadores tradicionais, quando solicitada pelo paciente indígena ou pela família e, quando necessário, adaptar espaços para viabilizar tais práticas; VII – promover e estimular a construção de ferramentas de articulação e inclusão de profissionais de saúde dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas - DSEI/SESAI/MS e/ou outros profissionais e especialistas tradicionais que tenham vínculo com paciente indígena, na construção do plano de cuidado dos pacientes indígenas; X – fomentar e promover processos de educação permanente sobre interculturalidade, valorização e respeito às práticas tradicionais de saúde e demais temas pertinentes aos profissionais que atuam no estabelecimento, em conjunto com outros profissionais e/ou especialistas;

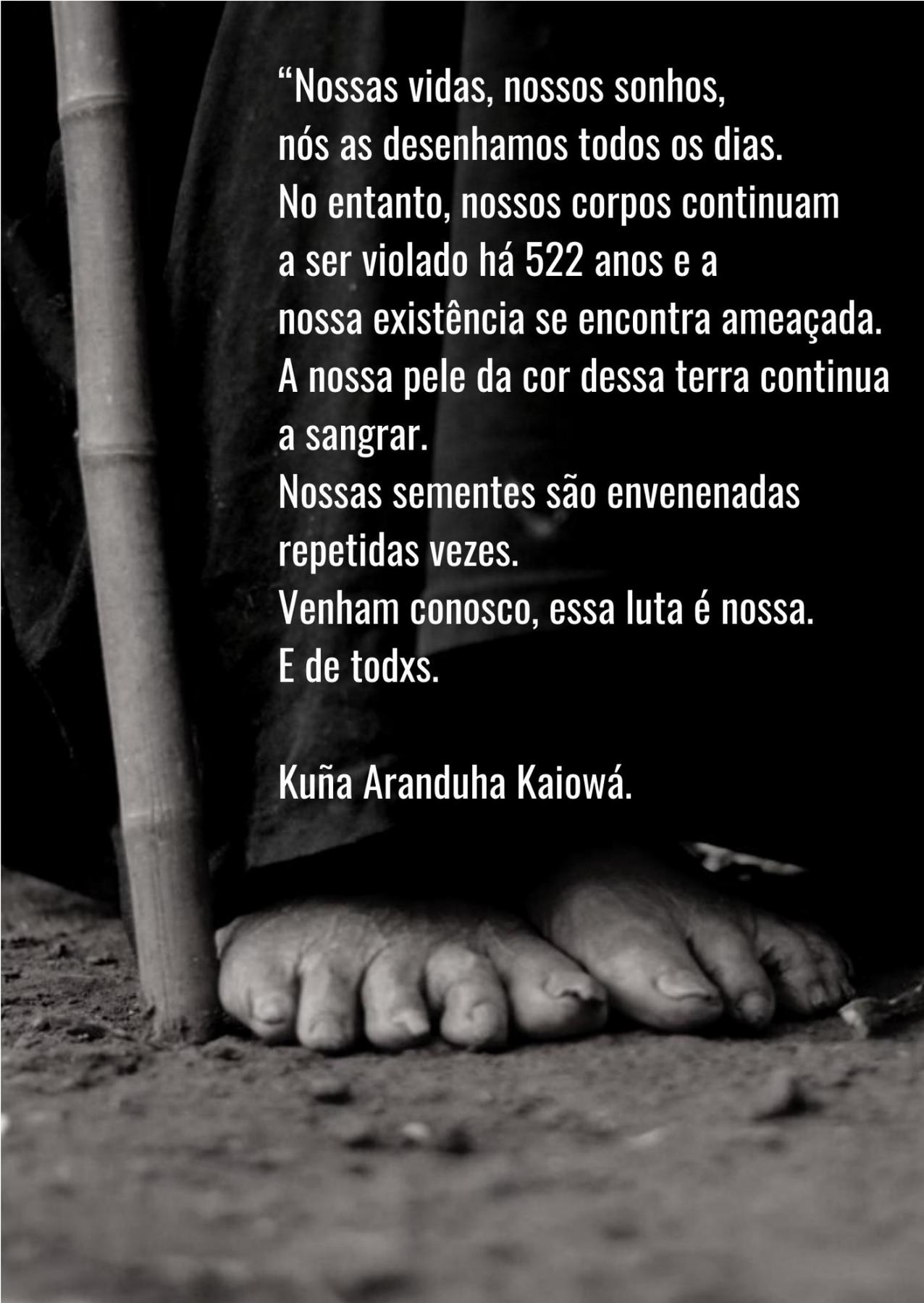
Considerando a Lei Complementar n. 80 de 1996 a qual define como competência legal das Defensorias Pública da União e Estaduais a defesa dos direitos fundamentais:

- Que sejam acompanhados os inquéritos policiais relativos aos casos abordados nesse relatório, fazendo pressão para que as partes interessadas sejam informadas sobre o andamento e averiguação de se as investigações estão sendo conduzidas buscando os reais mandantes e responsáveis pelos casos;
- Que sejam postuladas e protocoladas as ações para defesa dos direitos acima mencionados através das modalidades de tutela coletiva na defesa dos direitos culturais indígenas, da liberdade de expressão religiosa;
- Que haja ações para abertura do diálogo com agressores para acordos extrajudiciais para ajustamento da conduta no sentido de que os capitães e lideranças locais apurem ou auxiliem na apuração dos crimes denunciados pela comunidade próxima a reza, que estabeleçam ações e projetos de proteção e promoção da defesa das tradições religiosas, sociais, culturais ancestrais, promoção de uma cultura de defesa dos direitos da mulher e educação local sobre os direitos da mulher indígena e condenação a práticas de violência contra a mulher, bem como a averiguação e proibição local de discursos de ódio que incitem a violência contra as rezadoras e rezadores locais e construam projetos e defendam perante o Estado a promoção da construção de casas de reza e apoio local a suas construções;
- Que haja representação no sistema internacional de direitos humanos com ampla participação e diálogo com a Kuñangue e OKA no caso de se esgotarem os meios nacionais para proteção das casas de reza e

ações no âmbito nacional em defesa contra a violências as rezadoras e rezadores e população indígenas local que vivenciem e frequentem os espaços das casas de reza;

- Por fim, que seja protocolado a ação de responsabilização do Estado em vista das denúncias de não apuração dos casos pela Polícia (como foi informado no caso de Itay) e que exija uma resposta estatal em relação a averiguação desses crimes, assim como, políticas e ações efetivas de proteção as casas de reza e das *nhandesy* e *nhanderus*;

- É preciso que haja respeito às *nhandesy* e *nhanderu* dentro da comunidade, que possam viver a sua cultura e sua reza em liberdade, que possam cuidar da comunidade através de sua medicina ancestral livre de ameaças, perseguições e violência a eles, as suas famílias e a quem escolhe a reza e medicina ancestral.

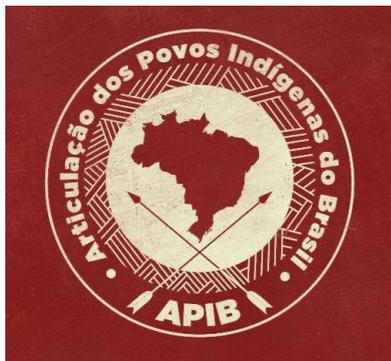


**“Nossas vidas, nossos sonhos,
nós as desenhamos todos os dias.
No entanto, nossos corpos continuam
a ser violado há 522 anos e a
nossa existência se encontra ameaçada.
A nossa pele da cor dessa terra continua
a sangrar.
Nossas sementes são envenenadas
repetidas vezes.
Venham conosco, essa luta é nossa.
E de todxs.**

Kuña Aranduha Kaiowá.

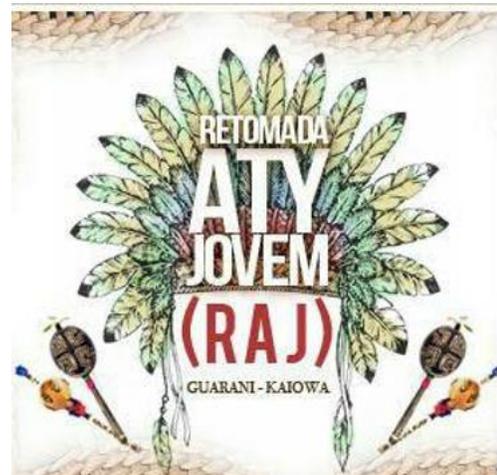
Enquanto houver o som do mbaraka, takuapu, nhembo'e, vai ter luta!

Nós por nós, por todas que vieram antes de nós, por todas que virão!



ANI
MI
GA

Articulação
Nacional das
Mulheres
Indígenas
Guerreiras da
Ancestralidade





Legenda

